

Fortalecimento institucional e financiamento sustentável para as cidades da América Latina e do Caribe

Discursos da XXXII
Assembleia Geral
do Fórum de Ministros
e Altas Autoridades de
Habitação e Urbanismo
da América Latina
e do Caribe (MINURVI)



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

75
anosTrabalhando por
um futuro produtivo,
inclusivo e sustentávelMinurvi
2023

Thank you for your interest in this ECLAC publication



Please register if you would like to receive information on our editorial products and activities. When you register, you may specify your particular areas of interest and you will gain access to our products in other formats.

[Register](#)



www.cepal.org/en/publications



www.instagram.com/publicacionesdelacepal



www.facebook.com/publicacionesdelacepal



www.issuu.com/publicacionescepal/stacks



www.cepal.org/es/publicaciones/apps

Fortalecimento institucional e financiamento sustentável para as cidades da América Latina e do Caribe

Discursos da XXXII Assembleia Geral do Fórum de Ministros
e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo
da América Latina e do Caribe (MINURVI)



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL



Este documento foi preparado pela Unidade de Assentamentos Humanos da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), na qualidade de Co-Secretaria Técnica (juntamente com o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, ONU-Habitat) do Fórum de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe (MINURVI).

A preparação do documento foi coordenada por Estefanía Forero e Stefano Santori, consultores da Unidade de Assentamentos Humanos, e supervisionada por Diego Aulestia, chefe da mesma Unidade. Este documento baseia-se nas intervenções realizadas na XXXII Assembleia Geral do Fórum de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe (MINURVI).

Agradecemos ao Ministério do Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina, especialmente ao Ministro Santiago Maggiotti, que assumiu a Presidência da MINURVI no período de 2023, e à Diretora de Desenvolvimento, Marianela César, pela liderança e organização desta Assembleia Geral. Agradecemos também a todas as autoridades, funcionários e palestrantes que participaram e propiciaram os intercâmbios neste encontro.

As Nações Unidas e os países que representam não são responsáveis pelo conteúdo de links a sites externos incluídos nesta publicação.

A menção a qualquer empresa, produto ou serviço comercial não implica o endosso pelas Nações Unidas ou pelos países que representa.

As opiniões expressadas neste documento, que é uma tradução não oficial de um texto original em espanhol que não foi submetido a edição formal, são de exclusiva responsabilidade dos autores e podem não coincidir com as da Organização ou as dos países que representa.

Publicação das Nações Unidas
ISSN: 1680-9041 (versão eletrônica)
ISSN: 1680-9033 (versão impressa)
LC/TS.2024/16
Distribuição: L
Copyright © Nações Unidas, 2024
Todos os direitos reservados
Impresso nas Nações Unidas, Santiago
S.2400385[pt]

Essa publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), "Fortalecimento institucional e financiamento sustentável para as cidades da América Latina e do Caribe: discursos da XXXII Assembleia Geral do Fórum de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe (MINURVI)", *série Seminários e Conferências*, Nº 107 (LC/TS.2024/16), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2024.

A permissão para reproduzir este trabalho, no todo ou em parte, deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações, publicaciones.cepal@un.org. Os Estados membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir este trabalho sem permissão prévia. Solicita-se apenas que citem a fonte e informem a CEPAL sobre essa reprodução.

Índice

Resumo	5
I. Boas-vindas	7
A. Maimunah Mohd Sharif.....	7
B. Carlos de Miguel.....	8
II. Abertura do fórum	11
A. Palavras de Santiago Maggiotti.....	11
B. Palavras de Dwight Sutherland	12
C. Palavras de Catalina Velasco Campusano.....	12
D. Palavras de Santiago Cafiero.....	13
III. Agenda 2030: localizando os ODS e acelerando-os nas cidades	15
A. Palavras de Elkin Velázquez	15
B. Palavras de Diego Aulestia	17
IV. Financiamento habitacional adequado e desenvolvimento urbano sustentável	19
A. Moderadora Paloma Silva	19
1. Intervenção de Jader Filho	20
2. Intervenção de Sol de Castro	21
3. Intervenção de Orando Brewster	22
4. Intervenção de Richard Frederick	23
5. Apresentação de Hugo Cabral	23
6. Rodada de perguntas e comentários	24
V. Fortalecimento institucional do Fórum MINURVI	25
A. Moderador Felipe Vera Benítez	25
1. Intervenção de Emil Rodríguez	26
2. Intervenção de Anacláudia Rossbach.....	26
3. Intervenção de Bish Sanyal.....	27

4.	Intervenção de Nicolás Maggio.....	29
5.	Intervenção de Santiago Maggiotti.....	30
VI.	O caminho para cidades mais inclusivas: transformando bairros e moradias.....	31
A.	Moderador Pablo López.....	31
1.	Intervenção de Paola Karina Valenzuela Cárdenas.....	32
2.	Intervenção de Raúl Lozano Bonet.....	32
3.	Intervenção de Rolando Chan.....	33
4.	Intervenção de María Rosa Derjani Bayeh.....	34
5.	Intervenção de Catalina Velasco Campuzano.....	35
6.	Intervenção de Uraiqit Ramsaran.....	36
VII.	Cidades bioclimáticas: adaptação às mudanças climáticas urbanas.....	39
A.	Moderador Santiago Arias.....	39
1.	Intervenção de José David Rodríguez Morera.....	40
2.	Intervenção de Gabriela Palacios Vidaurre.....	41
3.	Intervenção de Cristina Lemus Alvarado.....	41
4.	Intervenção de Dwight Sutherland.....	42
5.	Intervención de Raúl Omar Acosta Gregorich.....	43
6.	Intervenção de Philip Telesford.....	44
7.	Rodada de perguntas e comentários.....	45
VIII.	Mobilidade urbana: principais desafios pós-pandemia.....	47
A.	Moderador Diego Aulestia.....	47
1.	Intervención de Gaynelle Rolle.....	47
2.	Intervenção de Shawn White.....	49
3.	Intervenção de Juan Carlos Baruja Fernández.....	49
4.	Intervenção de Héctor Estrada.....	50
5.	Intervenção de Antonio Clement Marley Mandela.....	51
IX.	Coleta de dados para mobilização de recursos financeiros e climáticos.....	53
A.	Palavras de David N. Sisen.....	53
B.	Palavras de Tatiana Gallego.....	55
X.	Palavras de encerramento.....	57
A.	Palavras de Santiago Maggiotti.....	57
XI.	Reflexões finais.....	59
	Bibliografia.....	61
	Anexo.....	65
	Caixa	
Caixa A1	XXXII Assembleia Geral de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe – MINURVI.....	66

Resumo

O Fórum de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe-MINURVI é a mais alta instituição de coordenação e cooperação intergovernamental dos países da região em matéria de habitação, planejamento urbano e desenvolvimento urbano sustentável. Suas Assembleias Gerais são instâncias anuais para promover o intercâmbio de experiências, boas práticas e lições aprendidas dos países membros, bem como de outros atores-chave interessados em habitação e desenvolvimento urbano. Além disso, esse Fórum permite formar alianças e lançar novas iniciativas em benefício dos territórios e da população da América Latina e do Caribe.

Este documento é baseado nos documentos e apresentações da XXXII Assembleia Geral (MINURVI), realizada nos dias 9 e 10 de novembro de 2023 na Cidade Autônoma de Buenos Aires. A Assembleia foi organizada pela presidência do MINURVI sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina e seu Ministro Santiago Maggiotti, com o apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. Durante essa reunião, autoridades, líderes e especialistas em habitação, habitat e urbanismo, bem como bancos de desenvolvimento, reuniram-se com o objetivo de promover o setor de habitação e habitat como eixos fundamentais para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável na região, alcançando cidades mais inclusivas, justas e resilientes que possam responder aos impactos da crise climática.

O evento concentrou-se em dois temas principais: i) o fortalecimento institucional do MINURVI e ii) a geração de estratégias de financiamento sustentável para cidades e áreas urbanas na América Latina e no Caribe. A presidência e o comitê executivo do MINURVI empreenderam novas iniciativas para passar o Fórum de uma assembleia anual, a uma instância de trabalho e coordenação contínuos com os países membros e com a secretaria técnica, a cargo da CEPAL e da ONU-Habitat. Esses avanços se materializaram com a Reunião Interministerial sobre financiamento verde para cidades da região, realizada em Buenos Aires, Argentina, em abril de 2023, bem como com os diversos fóruns de discussão realizados durante o mesmo ano e promovidos pelas vice-presidências do MINURVI (Colômbia, Barbados, República Dominicana).

A XXXII Assembleia Geral destacou como o financiamento representa a pedra angular para projetos de mitigação e adaptação à crise climática, moradia inclusiva, mobilidade urbana e o uso de dados para o desenvolvimento urbano integral, justo e sustentável na região. O financiamento continua a representar um dos grandes desafios da região, especialmente em termos de acesso e articulação das fontes de financiamento com as necessidades e demandas dos países e cidades da América Latina e do Caribe.

Durante o primeiro dia, essas questões foram exploradas por meio de painéis abertos ao público, nos quais ministros e autoridades puderam conversar com acadêmicos, especialistas, organizações internacionais, bancos de desenvolvimento e representantes da sociedade civil. Por fim, no segundo dia, os ministros e as autoridades se reuniram para aprovar e assinar a Declaração de Buenos Aires, o documento de compromissos políticos sobre questões de habitação e urbanismo na região. Além disso, foi eleito o próximo comitê executivo do MINURVI e sua próxima presidência para o período de 2024, que será assumida pelo Brasil e seu Ministério das Cidades.

I. Boas-vindas

A. Maimunah Mohd Sharif¹

A XXXII Assembleia Geral do MINURVI, Fórum de Ministros e Altas Autoridades em Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe, transmite a seus participantes um profundo senso de responsabilidade e expectativa. O Fórum não remonta a alguns anos, mas a décadas de esforço, visão e determinação. A ONU-Habitat é, portanto, grata a esta Assembleia pelo enorme apoio que oferece a nível global e regional. O MINURVI, nascido das aspirações comuns da América Latina e do Caribe, vem carregando a bandeira do desenvolvimento urbano sustentável desde sua criação em 1992. Esse consórcio, que representa 33 países, é uma prova do poder da união e da colaboração. Juntos, os países superaram desafios, comemoraram marcos importantes e estabeleceram referências para o mundo.

A liderança do Comitê Executivo do MINURVI, caracterizada pela previsão e inclusão, tem sido fundamental para guiar o MINURVI ao longo de períodos transformadores. Além disso, os esforços incansáveis de todos os países membros têm sido a base e o alicerce das realizações da MINURVI. Essa região, um mosaico de culturas, tradições e histórias, se encontra em um momento crucial. Os desafios urbanos que ela enfrenta são multifacetados, desde a garantia de moradia e infraestrutura acessíveis até o enfrentamento urgente das mudanças climáticas. Ao traçar os próximos passos para o futuro, é imperativo que os países aproveitem a sabedoria coletiva de experiências, inovações e aprendizado passados, sabendo que a América Latina e o Caribe contribuirão amplamente para o banco de dados global de melhores práticas para a implementação da Nova Agenda Urbana.

¹ Diretora Executiva do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas, ONU-Habitat. Intervenção virtual.

Enquanto esta Assembleia define a agenda regional, também é importante reservar um momento para refletir sobre sua missão de forma mais ampla: além das políticas e estruturas, o MINURVI está moldando o futuro de milhões de vidas, sonhos e aspirações. Esta Assembleia deve se comprometer a criar cidades e assentamentos urbanos que não sejam apenas estruturas de tijolos e argamassa, mas ecossistemas vibrantes de crescimento, oportunidade e inclusão. Trabalhar em conjunto é essencial para alcançar as principais prioridades que os Estados Membros atribuíram à ONU-Habitat em seu plano estratégico para 2025, que são:

- i) Habitação e transformação de bairros.
- ii) Adaptação às mudanças climáticas urbanas.
- iii) Localização dos ODS e sua aceleração nas cidades.
- iv) Financiamento de habitação social e desenvolvimento urbano sustentável.
- v) Enfrentamento da crise urbana.

Essas prioridades devem ser abordadas com otimismo, determinação e espírito de colaboração. Os membros do MINURVI têm o poder de criar mudanças duradouras para construir um legado do qual as gerações futuras se lembrarão com orgulho. Por meio do compromisso inabalável dos países com o MINURVI, abre-se a possibilidade de realizar uma XXXII Assembleia Geral impactante e transformadora que contribua para a construção de um futuro urbano brilhante.

B. Carlos de Miguel²

A Assembleia Geral do Fórum de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe é realizada no 75º aniversário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Nas últimas décadas, o objetivo da CEPAL tem sido a promoção do desenvolvimento sustentável, da integração regional e da cooperação na América Latina e no Caribe. Nesse contexto, a CEPAL considera que a agenda da XXXII Assembleia Geral do MINURVI é muito completa, mas também desafiadora, pois inclui discutir o progresso da Agenda 2030, enfrentar e adaptar-se às mudanças climáticas, alcançar cidades inclusivas, resolver os desafios de mobilidade e financiar as necessidades de moradia, acesso a serviços essenciais e alcançar um desenvolvimento urbano sustentável e planejado.

A situação do progresso em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas não é das melhores. Um quarto das metas não só não está progredindo, como também está se movendo na direção oposta, enquanto metade delas está avançando em um ritmo lento demais para ser alcançado até 2030, uma situação que inclui todas as metas do ODS 11 sobre Cidades. Isso não é pouca coisa, pois em 2030, 86% da população da América Latina estará em cidades e a grande maioria, metade dessa porcentagem, estará em cidades com mais de um milhão de habitantes. Isso significa que os problemas que estão sendo enfrentados agora, se não houver progresso, aumentarão.

O progresso da Agenda 2030 exige crescimento, mas não de qualquer maneira. De fato, estudos da CEPAL estimam que, nos últimos 10 anos, a região tem crescido a uma taxa de 0,8%, metade da taxa de crescimento durante a década perdida dos anos 1980. Os fatores internacionais não devem ser ignorados: a crise da COVID, os conflitos armados e, é claro, as

² Oficial encarregado da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos e da Divisão de Recursos Naturais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL.

mudanças climáticas. Mas há também alguns elementos que são próprios à região e que ela deve enfrentar: baixos níveis de investimento, baixa produtividade, desigualdades de todos os tipos que se expressam nas cidades, e também os altos níveis de informalidade, já que 48% da população da América Latina e do Caribe têm empregos informais.

A região também perde grandes oportunidades por não aproveitar os talentos das mulheres: 70% das pessoas inativas na América Latina e no Caribe são mulheres. Esse número, muitas vezes, é resultado justamente das desigualdades geradas nas cidades pela incapacidade de acesso a uma mobilidade eficiente, altos tempos de deslocamento, problemas de poluição do ar que afetam a morbidade de crianças e idosos e, no final, são as mulheres quem mais sofrem. Portanto, muitas mudanças devem ser feitas nas cidades para que esses 70% de pessoas inativas possam contribuir com seus talentos.

Além disso, o problema da mudança climática está atingindo fortemente a região. Considerando as tendências atuais com os compromissos internacionais, a temperatura aumentará mais de 2 graus Celsius, que não serão distribuídos da mesma forma em todas as áreas do planeta. Tampouco será o mesmo em todas as cidades, onde há zonas de calor muito forte com temperaturas muito altas que também afetam a saúde das pessoas. Portanto, a região enfrenta o desafio de confrontar esse aumento, com impactos que prejudicarão o próprio crescimento. Sem crescimento, sem empregos de qualidade, sem acesso a serviços essenciais e perdendo a subsistência, a população da América Latina e do Caribe perderá a fé nas instituições, nos governos, nas Nações Unidas e na democracia, e isso pode ser ainda mais perigoso.

A CEPAL está focada na construção de um futuro produtivo, inclusivo e sustentável. Esse é seu novo lema e requer transformações interconectadas e um compromisso com um tipo diferente de crescimento. Dada a situação do planeta e da região, os países têm uma oportunidade muito boa de fazer as mudanças necessárias, aproveitando certos setores e certas vantagens comparativas que, para a América Latina, podem significar um sucesso transformador. Alguns desses setores estão precisamente nas cidades: a transição energética para fontes renováveis, mas também serviços de mobilidade eficientes e sustentáveis. O transporte público baseado na eletromobilidade, por exemplo, aumentaria a eficiência e a produtividade das cidades. Outros exemplos seriam a economia circular e o turismo sustentável, especialmente no Caribe, bem como a gestão da água, a governança digital para aumentar a eficiência e a economia do cuidado.

A América Latina e o Caribe têm a chance de aproveitar essas oportunidades, mas, para isso, precisam de um desenvolvimento urbano integral, que articule todos esses componentes econômicos, sociais e ambientais para atender às necessidades das pessoas. A “mão invisível” do mercado, por si só, não conseguirá isso. Ela não é capaz de lidar com o número de interações na cidade, as externalidades, os cobenefícios e os esforços de coordenação que são necessários para lidar com o desenvolvimento urbano integrado. Portanto, é necessário planejamento, pois é essencial integrar e discutir conjuntamente as agendas de solo, mobilidade, habitação e instrumentos de gestão. Além disso, é necessário alinhar os planos territoriais de desenvolvimento urbano com as contribuições nacionalmente determinadas (CND) para as mudanças climáticas e favorecer a articulação entre os atores. O setor público nacional não pode realizar isso sozinho; é necessário construir a partir dos territórios e das comunidades, além de integrar o setor privado.

Isso exige grandes investimentos que moldam as cidades. Esses investimentos são essenciais e se somam àqueles necessários para resolver as lacunas tradicionais das cidades. A CEPAL estima que, para cumprir com os compromissos nacionais de mudança climática, a região precisa investir entre 3,7% e 4,9% do PIB anualmente. Esses recursos são difíceis de obter na atual situação de restrição fiscal e na qual os fundos concessionais que chegam à América Latina e ao Caribe não chegam nem a meio ponto percentual. Portanto, a região enfrenta dificuldades adicionais e precisa buscar fontes inovadoras de financiamento. Para as cidades, por exemplo, essas fontes poderiam ser a captura de valor associada aos benefícios do investimento público, a possibilidade de venda de títulos verdes ou a venda de certificados de carbono, parcerias público-privadas e a promoção de bancos de desenvolvimento nacionais e regionais.

Para a CEPAL, a cooperação e a integração regional são fundamentais. Além de permitir que os países compartilhem as melhores práticas e soluções, também geram grandes ganhos de eficiência. Por exemplo, a integração energética na América Latina e no Caribe reduziria custos drasticamente e geraria a segurança necessária para enfrentar as mudanças climáticas e seus impactos. O mundo multipolar de hoje exige mais multilateralismo para enfrentar as situações que surgem no cenário internacional, e requer que a região atue como uma só, com decisões conjuntas que defendam os interesses regionais. Nesse sentido, a CEPAL atuará como uma aliada fundamental e continuará apoiando o MINURVI como secretaria técnica.

II. Abertura do fórum

A. Palavras de Santiago Maggiotti³

A XXXII edição desta Assembleia Geral reunirá 25 dos 35 países que compõem o MINURVI para continuar o caminho iniciado em abril de 2023, quando foi realizada a reunião interministerial sobre financiamento para mitigação e adaptação às mudanças climáticas nas cidades e áreas urbanas da região⁴. Durante este Fórum, serão apresentados os avanços da presidência do MINURVI e o que foi proposto na referida reunião interministerial, a fim de propor um MINURVI diferente, que trabalhe com cada um dos países e, que com a ajuda dos técnicos do Ministério, possa apresentar um caminho para mobilizar fundos para a região e gerar uma maior institucionalização deste Fórum de Ministros.

Assim como os setores de energia, saúde e transporte têm uma agenda poderosa para mobilizar recursos para a região, os ministros de habitação e planejamento urbano devem agir como um bloco para colocar a questão da habitação, do planejamento do uso da terra, do habitat e do desenvolvimento sustentável nas agendas globais e, acima de tudo, nos fundos climáticos. A moradia não deve ser uma questão de renda e não deve ser naturalizado o fato de que há pessoas privadas do seu acesso. Além disso, os países membros devem trabalhar juntos e com o setor privado, tornando o acesso à moradia e a igualdade de oportunidades uma prioridade, bem como colocando a questão do habitat e da moradia na agenda global desta região altamente urbanizada.

A Assembleia abordará diferentes tópicos, bem como a importância da institucionalização do MINURVI e seu trabalho como um bloco, que gerou resultados positivos para os diferentes países, pois se identificaram os programas que cada um deles está realizando. Trata-se de uma planilha muito ampla, pois foram identificados não apenas os

³ Ministro do Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina, Presidente do MINURVI para o período de 2023.

⁴ Para obter detalhes sobre os temas e compromissos da reunião ministerial, acesse o link a seguir: <https://plataformaurbana.cepal.org/es/documentos/financiamiento-para-la-mitigacion-del-cambio-climatico-en-las-ciudades-intervenciones-en>.

programas, mas também seus resultados e o financiamento fornecido pelos bancos da região. É importante que essas informações possam ser compartilhadas e que todos os países possam vê-las e replicá-las onde seus programas coincidirem.

A Argentina está comprometida com a Agenda 2030, e todos os países devem trabalhar para mitigar as mudanças climáticas, de forma consciente e responsável, contribuindo com todos os esforços para alcançar esse objetivo. Os países membros do MINURVI devem atuar em conjunto na busca de financiamento e ser capazes de adaptar o financiamento dos bancos multilaterais de acordo com as necessidades da região. Isso será fundamental para que a América Latina e o Caribe liderem projetos que possam servir ao resto do mundo. Finalmente, a presidência do MINURVI gostaria de convidar a trabalhar na construção de um pacto social no qual a cidade seja assumida política e culturalmente como um lugar substancial para o exercício dos direitos e a construção de uma democracia de qualidade, de um ambiente mais saudável e seguro, bem como o lugar onde a sociedade se recompõe e constrói um desenvolvimento sustentável e de melhor qualidade.

B. Palavras de Dwight Sutherland⁵

A região da América Latina e do Caribe não está passando por uma mudança climática, mas por uma crise climática. Embora essa questão, juntamente com outras, como a guerra na Palestina, afete e divida o mundo inteiro, é necessário que o bloco do Caribe e da América Latina se una. Os países do Caribe estão tentando obter os fundos necessários dos países do Norte para o Sul, e essa é a principal prioridade. Os países da região, e especialmente os países do Caribe, não têm os recursos para lidar com a crise climática; são as grandes nações que dispõem de financiamento.

Como resultado dos direitos especiais de saque e das intervenções do Fundo Monetário Internacional e dos bancos multilaterais de desenvolvimento, acredita-se que, no final da COP28, os países da América Latina e do Caribe terão mais recursos disponíveis para enfrentar os grandes problemas que estão enfrentando. Espera-se que a contribuição desta Assembleia Geral seja realmente adaptada às necessidades de cada país para melhorar a habitação, bem como para se preparar ao enfrentamento de grandes desafios, como desastres naturais, também do ponto de vista do financiamento, por exemplo, por meio da iniciativa de Bridgetown⁶.

C. Palavras de Catalina Velasco Campusano⁷

Na última Assembleia Geral, em Santiago do Chile, foi tomada a decisão de fortalecer a instituição do MINURVI por meio da criação de várias vice-presidências. As vice-presidências de informação, solidariedade e debate foram formadas para trabalhar em conjunto durante o ano. Em colaboração com a Argentina, as vice-presidências realizaram uma pesquisa sobre como promover esse debate e manifestaram interesse em realizar três fóruns virtuais. Eles foram realizados durante 2023: o primeiro foi realizado em 6 de setembro e tratou das mudanças climáticas, da transição energética e do gerenciamento de riscos; o segundo foi realizado em 19 de setembro e tratou da questão dos assentamentos precários e informais e,

⁵ Ministro da Habitação, Terra e Manutenção de Barbados, Vice-Presidente de Solidariedade do MINURVI para o período de 2023.

⁶ “A Iniciativa de Bridgetown é uma proposta concreta de Barbados para reformar a arquitetura financeira global e, em particular, a forma como os países ricos ajudam os países pobres a enfrentar e se adaptar às mudanças climáticas” (CEPAL, 2023).

⁷ Ministra da Habitação, Cidade e Território da Colômbia, vice-presidente de debate do MINURVI para o período de 2023.

finalmente, o terceiro foi realizado em 4 de outubro, sobre o uso e o gestão do solo. Eles foram moderados, por ordem, pela Costa Rica, Belize e Uruguai, representando cada uma das sub-regiões: a sub-região da América Central e México, a sub-região da América do Sul e a sub-região do Caribe.

Esse exercício foi interessante, produtivo e apresentou uma reflexão de fundo muito importante: os países da América Latina e do Caribe, bem como a instituição do MINURVI que os une, precisam fazer duas coisas. Primeiro, não devem ser apenas os ministros que se reúnem duas vezes por ano para fortalecer suas relações e discutir questões importantes. Por trás de cada um deles há equipes técnicas, sociedade civil, governos locais e muitas pessoas capazes de contribuir para a construção de um debate sobre o habitat da América Latina e do Caribe. É importante que não sejam apenas os ministros, mas que toda a região seja capaz de fazer isso.

Em segundo lugar, o mais importante é que os participantes do MINURVI têm a obrigação de construir seu próprio pensamento sobre o habitat, e isso pode ser feito por meio deste fórum. Antes, havia um fórum promovido pela CEPAL sobre lições aprendidas e erros cometidos. Erros são cometidos todos os dias, mas cada dia é diferente. Não se pode continuar fazendo a mesma coisa sem poder compartilhar e discutir o que foi feito. Exemplos disso são os BRTs: embora em Bogotá o BRT já tenha entrado em colapso, outros países que estão pensando em criar um BRT podem aprender com essa experiência para fazer melhor. Portanto, é muito importante ter essa conversa e criar sua própria narrativa.

A presidência do MINURVI 2023 concentrou-se principalmente em duas questões: o fortalecimento da estrutura institucional do MINURVI, para que o MINURVI esteja ainda mais presente em nível global, e a necessidade de recursos para poder financiar a infraestrutura necessária. Mas nada disso pode acontecer sem um pensamento impulsionador, e esse primeiro exercício de reunir 150 pessoas de todos os países membros em três fóruns virtuais deve ser mantido para construir esse pensamento sobre o habitat na América Latina e no Caribe. Independentemente do que for decidido conjuntamente nas Assembleias Gerais sobre o desenvolvimento institucional do MINURVI, sem dúvida é essencial continuar avançando essa discussão e fazer todos os esforços para garantir que ela não envolva apenas ministros ou governos nacionais, mas também governos locais, sociedade civil e todos aqueles que contribuem de maneira técnica. O pensamento latino-americano e caribenho sobre o habitat existe, é nosso, temos que uni-lo e colocá-lo sobre a mesa em nível global como forma de contribuir, mas também de participar mais.

D. Palavras de Santiago Cafiero⁸

Quando o sistema é defendido, é porque está sendo atacado. Hoje há um pensamento reducionista e negacionista, embora a situação seja tão crítica que não possamos mais falar de mudança climática, mas de uma crise climática. Esse negacionismo não ataca somente as ideias. Há uma importante discussão subjacente por trás do debate sobre a crise climática, sobre a eficácia das instituições multilaterais das Nações Unidas ou sobre o multilateralismo ao qual os países democráticos aderiram ao longo dos anos.

Sem o Estado e um sistema multilateral, seria difícil adotar políticas de direitos iguais. Por exemplo, embora o direito à moradia exista no mundo, o problema é a acessibilidade. Todos têm direito à moradia, só que algumas pessoas podem pagar por ela e outras não. O mercado aloca

⁸ Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina.

moradias de acordo com a lógica do mercado. O Estado e o sistema multilateral devem estar presentes onde o mercado não oferece uma resposta, e devem também ordenar essa oferta. Essa é a visão que incentiva a Argentina como um todo a acompanhar a presidência do MINURVI na geração dessas discussões e fóruns.

Os países da América Latina e do Caribe precisam do multilateralismo. Esses países não têm bombas nucleares, corridas armamentistas e orçamentos de defesa, o que é definido como *hard power*. Entretanto, eles têm o *soft power* que vem do multilateralismo e dos valores de liberdade e democracia. Os países da região não têm a capacidade de influenciar a agenda global enviando armas ou tecnologia armamentista; eles não têm esse *hard power*, e é por isso que o multilateralismo é necessário. Quando, neste momento, em muitos dos países da região, há expressões políticas que se unem a essa lógica de desarmamento e desmantelamento do multilateralismo, que os participantes do MINURVI devem conter.

Isso não significa deixar de cumprir o princípio de não interferência nos assuntos de outros Estados, conforme expresso no artigo 2 da Carta dos Estados Americanos. Isso não significa retroceder na discussão, algo que grandes juristas argentinos, como Calvo e Drago, incutiram no início do século passado para que toda a região adotasse esses princípios. Em vez disso, tem a ver com autodefesa, com a defesa do que é justo. Não uma defesa do que é nosso, mas uma defesa do que é certo. Se o multilateralismo for enfraquecido, isso enfraquecerá as possibilidades de que os pobres, os humildes e os necessitados tenham uma resposta, e isso não pode ser permitido.

III. Agenda 2030: localizando os ODS e acelerando-os nas cidades

A. Palavras de Elkin Velázquez⁹

Quando o multilateralismo é alvo de críticas, é importante recebê-las com humildade e, ao mesmo tempo, entender que é necessário um multilateralismo melhor e mais forte. O MINURVI é uma forma e expressão desse multilateralismo. Por esse motivo, os planos para fortalecer sua estrutura institucional, para equipá-lo com mais ferramentas e instrumentos para atender melhor às mulheres e homens latino-americanos que buscam acesso à moradia, são recebidos como uma excelente notícia pela ONU-Habitat. A ONU está totalmente comprometida com esse empreendimento e continuará a apoiar o MINURVI de todas as formas possíveis.

Recentemente, a Corte Interamericana de Direitos Humanos iniciou um processo consultivo sobre a relevância de incorporar mais fortemente a questão da emergência climática ao trabalho de garantia dos direitos humanos na região. Mais do que uma crise climática, trata-se de uma emergência climática. A opinião da ONU-Habitat, informada e apoiada por evidências, é que é muito importante, no contexto atual, avançar em direção a uma maior institucionalidade multilateral no contexto regional, e é exatamente isso que o MINURVI está fazendo.

Isso significa que na região há uma convergência fundamental de pensamento e ação para consolidar esse multilateralismo regional. Entre os muitos aspectos a serem abordados nesse multilateralismo relacionado ao desenvolvimento urbano sustentável está a perspectiva de localizar os objetivos de desenvolvimento sustentável e, nesse ponto, há três mensagens específicas. Na última reunião do Fórum Político de Alto Nível da ONU, o Fórum de Alto Nível sobre os ODS, realizada em julho de 2023 em Nova York, uma das questões fundamentais que surgiram para discutir formas de acelerar a implementação dos ODS foi justamente a sua localização. Essa

⁹ Representante Regional da ONU-Habitat para a América Latina e o Caribe.

localização está relacionada à territorialização dos ODS, que, por sua vez, se manifesta como uma ação integrada e um projeto integral de intervenções no território para aumentar o impacto nas comunidades, famílias e bairros.

Avançar nessa ação integrada no território é um dos temas centrais do trabalho dos diferentes atores e instituições presentes hoje. As orientações estratégicas do MINURVI afirmam que há oportunidades importantes para ampliar as operações, estratégias e intervenções integradas nos territórios. O foco específico deve estar nos territórios mais vulneráveis, como os territórios periféricos que incluem a maioria dos assentamentos informais ou todas as áreas das cidades onde se concentram as populações vulneráveis e excluídas. Portanto, esse caminho de territorialização é o caminho a seguir, mesmo que exija mais esforço locais com as comunidades. Esse esforço é fundamental, pois uma em cada cinco famílias na América Latina e no Caribe ainda vive em assentamentos informais e precários. Uma etapa fundamental será garantir politicamente esse esforço por meio dos ministérios presentes no MINURVI.

O próximo ponto é estabelecer como atingir escala, onde a contextualização é fundamental. Há muitos exemplos, inclusive no próprio MINURVI, de como avançar nesse aspecto. O trabalho realizado pelo SICA, o Sistema de Integração Centro-Americana, que inclui a República Dominicana, concentra-se em fundamentar as agendas globais por meio de ações de localização e territorialização dos problemas específicos dos assentamentos humanos na América Central. Isso também foi institucionalizado por meio do trabalho do Conselho Centro-Americano de Habitação e Assentamentos Humanos. Da mesma forma, a experiência do SICA está sendo promovida em outras sub-regiões da América Latina e do Caribe. Também é importante mencionar a liderança que Barbados está assumindo para desenvolver aspectos institucionais semelhantes na região.

Além disso, há várias áreas específicas, como os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) ou a Amazônia, onde o trabalho está sendo feito para a territorialização das agendas globais em combinação com as mudanças climáticas, incluindo a agenda territorial da Nova Agenda Urbana. É essencial avançar nesse trabalho de contextualização em termos de diferenças e diversidade geográfica. Por exemplo, este ano surgiu um novo Fórum de Cidades Amazônicas, que inclui pouco mais de 45 milhões de habitantes. Se considerássemos a Amazônia como um país, ela seria o terceiro/quarto maior país da América Latina e do Caribe, e há uma especificidade e uma urgência ali. Portanto, a perspectiva de um trabalho territorializado e contextualizado nas cidades e assentamentos amazônicos é fundamental.

A mensagem final é que todas essas agendas voltadas para a localização em territórios latino-americanos podem ser complementadas com um trabalho muito mais importante de verificação, de comprovação do impacto gerado por intervenções abrangentes e contextualizadas. Uma área de oportunidade é o desenvolvimento de melhores metodologias de trabalho para medir o impacto dessas operações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa não é uma tarefa simples, pois há complexidades técnicas e científicas de medição devido a dados incompletos e assimetrias de informação na região. Por esse motivo, esse é o desafio em que é necessário mais progresso.

Essa também é a maneira de encontrar novos incentivos para atrair mais investimentos de qualidade para a região, além daqueles disponibilizados pelos orçamentos públicos nacionais, subnacionais e locais ou por agências de financiamento multilaterais, como o BID, a CAF, o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento do Caribe. A região precisa se equipar com as ferramentas de modelagem analítica para entender melhor os impactos específicos que as intervenções

localizadas podem ter. Se esse passo puder ser dado, por meio de iniciativas importantes, como operações urbanas integrais, a América Latina e o Caribe impulsionarão esse processo de aceleração de ações para alcançar os ODS.

B. Palavras de Diego Aulestia¹⁰

Para abordar a localização e a aceleração dos ODS nas cidades, é importante fazer referência aos contextos, desafios e respostas. Ou seja, analisar a situação urbana da região, seus principais desafios e como eles podem ser abordados. O contexto inclui uma região fundamentalmente urbana, na qual há 74 cidades com mais de um milhão de habitantes. Portanto, as soluções da região são baseadas na situação das cidades. A CEPAL acredita que os elementos de desigualdade e produtividade são fundamentais, pois são a chave para melhorar ou promover o desenvolvimento urbano sustentável na região. Uma região que está completando seis décadas, no caso da América Latina, e cinco décadas no Caribe, de ter passado pela transformação socioeconômica e demográfica mais importante do século XX, que foi ter mais da metade de seus habitantes vivendo em cidades.

Esse passado tem uma influência significativa sobre o presente e o futuro. Ele influencia o presente porque há 200 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza na região. Uma em cada cinco pessoas na América Latina e no Caribe vive em assentamentos informais e, infelizmente, os cenários formulados pela CEPAL sugerem que essa situação será ainda mais complexa no futuro. Por exemplo, o aumento de 30,7% nos custos de construção, juntamente com o aumento do custo médio de vida, as taxas de desemprego e a diminuição do financiamento de hipotecas, sugerem que os assentamentos informais aumentarão na região.

O progresso na realização dos ODS é lento porque requer investimento e institucionalização. Também é importante falar sobre a mobilidade como algo central para o desenvolvimento urbano, pois a mobilidade pode ser uma política social eficaz e uma estratégia para aumentar a produtividade nas cidades.

Entre os principais desafios da região, é importante destacar dois em particular: o primeiro diz respeito à situação do abastecimento de água, ou seja, o estresse hídrico que afeta a região. É verdade que na América Latina e no Caribe a dotação de água por pessoa é quatro vezes maior do que a média mundial. No entanto, há uma grande heterogeneidade nesse número entre os países e dentro deles. Há regiões e até países em que podem ser identificadas situações de alto estresse hídrico, principalmente nas grandes cidades, e esses desafios merecem uma resposta coordenada com grandes investimentos. A região tem lacunas profundas no acesso e na qualidade do abastecimento de água potável: 25% da população não tem acesso a água potável gerenciada de forma segura, e dois em cada três latino-americanos não têm saneamento gerenciado de forma segura. Ao mesmo tempo, há grandes desigualdades, com os quintis de renda mais baixa às vezes tendo que pagar mais do que os outros por serviços de água potável e saneamento.

Essas situações nos obrigam a repensar a estratégia de política pública, como a clara diminuição que pode ser observada na região nas últimas duas décadas na porcentagem de famílias com casa própria. Os latino-americanos estão tendo cada vez menos acesso à casa própria. Embora seja discutível se isso é necessariamente negativo ou positivo, não podemos deixar de lado o debate de considerar a moradia como um serviço e não necessariamente

¹⁰ Chefe da Unidade de Assentamentos Humanos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, Nações Unidas.

como uma propriedade. Isso já está acontecendo, a taxa de propriedade de casas na América Latina urbana em todos os quintis de renda está diminuindo.

O segundo desafio está relacionado ao financiamento climático. Na América Latina e no Caribe, três quartos desse financiamento se referem à mitigação. A região está se concentrando na mitigação, quando deveria estar trabalhando também na adaptação, e os investimentos, que são necessários e equivaleriam a cerca de 4% do PIB, devem ser abordados por meio de medidas criativas e políticas públicas integrais. Os desafios também são explicados quando se concentra nas contribuições determinadas nacionalmente, uma ferramenta indispensável para o enfrentamento das mudanças climáticas. De fato, pode-se ver que há um grande espaço para ação, por exemplo, na área de mobilidade, hoje muito concentrada no lado da oferta de mobilidade, para também considerar o lado da demanda de viagens. Por fim, essas considerações destacam a importância das políticas de habitação, solo e planejamento urbano.

Concluindo com algumas possíveis respostas, a CEPAL destaca com maior importância a necessidade de articulação das políticas públicas, identificando a política pública urbana como um elemento integrante da ação estatal. Essa política deve ser liderada pelo Estado e articulada em diferentes níveis —local, subnacional e nacional—, além de ser coordenada com o setor privado e a sociedade civil, o que ainda representa um grande desafio. Na região, embora 29 dos 32 países tenham um Ministério de Habitação ou Desenvolvimento Urbano, apenas quatro deles incluem água e saneamento, e apenas três incluem mobilidade ou transporte como parte de suas responsabilidades. Portanto, há grandes desafios para incorporar novas dimensões à política pública urbana.

Com relação aos direitos humanos, é fundamental considerar o direito a um ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável, consagrado em instrumentos internacionais como o Acordo de Escazú, cuja secretaria é exercida pela CEPAL. Esse acordo é um exemplo do compromisso dos Estados de levar adiante esse direito a um meio ambiente saudável. Em suma, há desafios do século XXI que estão sendo enfrentados com ferramentas e instituições projetadas para o século XX. Por esse motivo, a região precisa de uma grande reforma, tanto do ponto de vista institucional quanto da forma como os problemas são estruturados e compreendidos.

IV. Financiamento habitacional dequado e desenvolvimento urbano sustentável

A. Moderadora Paloma Silva¹¹

Nos diferentes países da região, há desafios importantes na área de habitação. Um deles é que 21% da população urbana da América Latina e do Caribe vive em assentamentos informais. Tradicionalmente, 90% do investimento para resolver o déficit habitacional tem sido em novas casas a preços subsidiados. Essas casas são destinadas principalmente à classe média e não atingem a base da pirâmide, principalmente devido à falta de financiamento de bancos e instituições de microfinanciamento para essa população. Por outro lado, 53% dos trabalhadores da América Latina e do Caribe estão no setor informal, razão pela qual os bancos comerciais não podem atendê-los com tanta facilidade.

Há também uma desarticulação entre os financiamentos, pois as agências nacionais de habitação ou os bancos de desenvolvimento não necessariamente atendem à política pública promovida pelos ministérios. Além disso, há muito trabalho a ser feito com os governos locais e subnacionais para alavancar a política pública nacional. Em meio a tudo isso, há uma restrição fiscal em todos os países que afeta o setor habitacional, pois não há recursos suficientes para lidar com o déficit habitacional. Portanto, o objetivo deste painel será discutir como promover o financiamento do desenvolvimento urbano e de moradias sustentáveis e resilientes para populações vulneráveis, com a participação do setor privado.

Os países membros do MINURVI estão desenvolvendo diferentes pilares para enfrentar esse desafio. Por exemplo, muitos estão fazendo ou contratando empresas para fazer cálculos de déficit, para entender onde está a população a ser atendida. Estudos da cadeia de valor também estão sendo realizados com todas as partes interessadas para entender esses desafios e projetar os

¹¹ Especialista líder do setor Política e Finanças Habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

produtos mais adequados. O BID, por sua vez, está desenvolvendo uma rede com setores público, privado e social sobre habitação que inclui 124 instituições, e quer continuar apoiando o MINURVI desde os setores público e privado.

1. Intervenção de Jader Filho¹²

O financiamento habitacional é um dos principais programas do governo, pois o “Minha Casa, Minha Vida” é um dos pilares da política pública atual. Esse programa foi criado em 2009 e, ao longo de sua trajetória, financiou 6 milhões de unidades habitacionais entre financiamento privado e orçamento do Governo Federal. Neste ano, durante o terceiro governo em que o programa estará ativo, a meta será construir 2 milhões de unidades habitacionais em quatro anos. Um milhão e meio delas serão financiadas pelo fundo de garantia, que é o principal fundo que o Brasil possui para o financiamento de unidades habitacionais e grandes obras de infraestrutura. Este ano, a parte do fundo especificamente para habitação será de 97 bilhões de reais, o que significa cerca de 20 bilhões de dólares para o financiamento de moradias.

Em uma primeira etapa, o Governo Federal financiará 188 mil unidades habitacionais este ano, dividido em três frentes: primeiro, o fundo de arrendamento, que recebe propostas de prefeituras, governos estaduais e empresas. Em segundo lugar, há um fundo de desenvolvimento social que atende a entidades que lutam por moradia. Esse é um trabalho significativo, pois atende a um público com grandes carências, embora a qualidade das equipes que trabalham com esse público muitas vezes acabe sendo melhor que o das próprias prefeituras, empresas ou governos estaduais. Por fim, o fundo “Minha Casa, Minha Vida – Rural” atende a famílias que vivem em áreas rurais. Nesse caso, podem ser construídas novas casas, ampliadas ou construído um banheiro, pois muitas casas rurais não têm banheiro. Essas são formas de ampliar as unidades habitacionais.

Há também moradias financiadas pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Esse programa foi e continua sendo muito bem-sucedido para o Ministério das Cidades. Por sua vez, o programa “Minha Casa, Minha Vida” foi retomado por este governo, mas com algumas modificações: a partir de agora, todas as casas desse programa deverão ter varanda e biblioteca. Essas bibliotecas terão livros para incentivo à leitura e para que pessoas de todas as idades possam se aproximar da leitura. Além disso, foi acrescentada uma medida para reduzir a taxa de juros para as famílias de menor renda, as das faixas 2 e 3¹³. Para as famílias dessas faixas que moram nas regiões mais pobres do Brasil, a taxa de juros foi reduzida de 4,25% para 4%, e para as que moram em outras regiões foi reduzida de 4,5% para 4,25%.

Além disso, o valor dos subsídios para a compra de moradia no programa “Minha Casa, Minha Vida – Cidades” foi aumentado. Um estudo do Ministério destacou que muitas famílias pagam um aluguel que geralmente é mais caro do que as prestações que pagariam para comprar uma casa. O que elas precisam é do capital inicial para poder comprar o imóvel. Também foi realizada uma ação em conjunto com os municípios e os estados para criar um programa de financiamento único para os estados e municípios, unificando todas as políticas públicas de financiamento para que o subsídio possa ser ampliado e mais famílias possam ser incluídas no programa.

¹² Ministro das Cidades do Brasil.

¹³ A Faixa 2 está entre R\$ 2.640 e R\$ 4.400, e a Faixa 3, a partir de R\$ 4.400.

2. Intervenção de Sol de Castro¹⁴

O governo de El Salvador acredita na integração das instituições relacionadas ao desenvolvimento habitacional. Essa administração criou o primeiro Ministério da Habitação em El Salvador para facilitar o acesso à moradia social, e o fez por meio da união de cinco instituições importantes: i) o Instituto para a Legalização da Propriedade, que concede títulos de propriedade e trabalha na terra de famílias em extrema pobreza, ii) o Fundo Nacional para Habitação Popular (FONAVIPO), que é um banco de segundo nível, mas que também apoia famílias de baixa renda com contribuições, iii) o Fundo Social para Habitação, que é o banco nacional, e iv) a Diretoria de Procedimentos de Construção (DTC), chefiada pelo Vice-Ministério da Habitação. Tudo isso ficou sob a mesma liderança, e assim foi criado o Ministério da Habitação.

Um aspecto muito importante é o produto, a moradia. O Ministério conversou com as construtoras e elas não estão dispostas a perder suas porcentagens de lucro. Isso é válido, pois sem lucros não haveria investimento. Somente os governos fazem projetos habitacionais para não ter lucro, porque o objetivo dos governos é que as famílias tenham bem-estar social e vivam bem. No entanto, os empresários estão dispostos a reduzir seus padrões de construção para ajudar o governo a lidar com o déficit. A realidade de muitas comunidades é que elas precisam de uma casa de 50 m² para viver bem, porque há muitas famílias que se estabeleceram em áreas de alto risco ou usurparam terras por não encontrarem um projeto habitacional.

Nesse contexto, a realidade é que não há projetos de habitação social. Ainda é necessário encontrar uma maneira de criar um produto que permita aos empreendedores ter as margens de lucro necessárias para sustentar esses projetos. Desse ponto de vista, o Ministério quer promover a construção de bases habitacionais. Mesmo que as casas sejam construídas incompletas, as pessoas podem melhorá-las pouco a pouco. O mais importante é criar esses produtos para que o setor menos favorecido da população possa ter acesso à moradia.

Uma das primeiras mudanças desde o Fundo Social para Habitação foi a criação da política de crédito com prêmio zero e taxa de juros de 4% para novas moradias, a fim de garantir aos empreendedores que a população tenha acesso ao crédito. Anteriormente, vários políticos davam terrenos para as pessoas se reassentarem em áreas de alto risco, o que gerou muitos problemas sociais, econômicos e ambientais. Após o censo, o Ministério tomou conhecimento dos altos níveis de trabalho formal nessas áreas. Embora a maioria dos empregos seja informal, muitas pessoas que hoje moram nessas áreas têm condições de pagar as prestações dessa moradia, sendo que a parte mais complexa é economizar para pagar o prêmio.

O ganho com a implementação dessa política pública é muito grande, pois as famílias que vivem em áreas usurpadas ou em terrenos de risco arriscam suas vidas e o governo tem que ajudá-las a recomeçar do zero. Nos piores casos, muitos perdem a vida ou a de suas famílias nas enchentes. Além disso, muitos deles não pagam pela água e pela eletricidade, o que representa um ônus e um déficit maior para os municípios. As famílias que não pagam por esses serviços não têm um endereço, não têm uma identidade, não têm uma conta que diga o nome da família, portanto, é difícil criar uma identidade ou raízes, o que favorece sua emigração.

¹⁴ Ministra da Habitação e Desenvolvimento Urbano de El Salvador.

É importante ter acesso ao crédito dentro das apólices, tendo sempre em mente essas famílias com prêmio zero. Elas usam sua renda para pagar por alimentos, transporte e medicamentos. Portanto, o Ministério tem de ajudá-las com o prêmio e o acesso a uma taxa de juros de 4% para novas moradias, para que o construtor se convença de que será fácil comprar aquela casa e que está construindo um produto social, e que as famílias podem melhorá-lo com o tempo.

3. Intervenção de Orando Brewster¹⁵

O governo de São Vicente e Granadinas está focado na transformação dos assentamentos informais em diferentes áreas do país. Atualmente, há desafios significativos para que as pessoas que vivem nesses assentamentos obtenham financiamento. Deve-se considerar que as pessoas que vivem em assentamentos informais não pertencem à classe média ou alta, mas sim a um setor muito marginalizado do país e, portanto, para elas, aproximar-se de instituições financeiras é um desafio.

O governo implementou um programa que visa aliviar os problemas decorrentes dos assentamentos informais. O programa "*Lives to Live*" concentra-se na construção de casas acessíveis para pessoas com deficiência, pois elas também têm direito à moradia. Essas casas levam em conta se seus proprietários têm mais de 65 anos de idade e colocam fatores de sustentabilidade no centro de seus projetos. Não se trata de dar moradia de presente, mas de que a moradia seja sustentável. Além disso, o Ministério tem um programa que cobre 100% da hipoteca para pessoas que têm estabilidade no emprego, e isso transformou alguns dos assentamentos informais. Isso significa que essas pessoas podem ir ao banco quando tiverem um emprego permanente e o banco lhes concederá uma hipoteca com 0% de entrada.

A lacuna no acesso ao financiamento é um desafio para todo o Caribe, onde a grande maioria do financiamento habitacional vem do governo central. Os governos do Caribe vêm lutando há muitos anos para que as instituições financeiras se unam aos esforços do Estado para aliviar esse problema dos assentamentos informais e ajudar as pessoas a melhorar suas vidas. Essa transformação também inclui a questão do acesso à educação. Por esse motivo, o governo tem um programa com o objetivo de ter uma pessoa em cada família com um diploma universitário até 2030. Esse programa melhoraria a vida principalmente das famílias que vivem atualmente em assentamentos informais.

Apesar de todos os programas e esforços do governo central, ainda há muito espaço para melhorias no Caribe. É preciso que haja uma discussão franca com as instituições financeiras para entender quais critérios podem ser aplicados para melhorar o acesso a financiamento. Os países do Caribe precisam ter um fundo para recorrer em caso de, por exemplo, erupções vulcânicas ou furacões como o recente Elsa. Quando o Caribe quer usar fundos de organizações internacionais para esses tipos de situações, leva muito tempo, e as pessoas que sofrem com esses tipos de choques não têm acesso a eles. Por esse motivo, os países caribenhos apreciam a oportunidade oferecida pelo MINURVI de aprimorar suas ferramentas e superar o desafio de acessar o financiamento.

¹⁵ Ministro da Mobilização Nacional, Desenvolvimento Social, Família, Gênero, Juventude, Habitação e Assentamentos Humanos Informais de São Vicente e Granadinas.

4. Intervenção de Richard Frederick¹⁶

Em Santa Lúcia, 90% da terra é montanhosa e apenas 10% é plana. Portanto, a parte plana é destinada a desenvolvimentos agrícolas, turismo e assentamentos. Nesse contexto, os assentamentos não planejados ou regulados representam um flagelo. No país, primeiro as pessoas se estabelecem e, depois, o Estado tem de regularizar esses assentamentos sem a infraestrutura correspondente, sem poder fazer o levantamento dessas famílias nem regularizar as que estão assentadas. Todos esses são desafios que o país precisa enfrentar.

O governo abriu diferentes programas: o “*Proud*”, em particular, concentra-se na regularização de empreendimentos não planejados, enquanto o “MSSP” é um programa sobre locais e pesquisas nacionais. Além disso, na medida em que for fisicamente possível, o governo quer oferecer regularização fundiária para as terras ocupadas. Em alguns casos, esses assentamentos humanos podem trazer muitos problemas, especialmente se as pessoas não quiserem sair dos assentamentos não planejados. Mas, apesar disso, o governo quer fazer tudo o que for fisicamente possível para oferecer a eles a infraestrutura e dar às pessoas a regularização da propriedade, ou seja, um título de propriedade.

O país também tem a National Housing Corporation, uma agência formada em 1979 para dar às pessoas acesso à terra. Agora, embora a moradia seja uma responsabilidade social e um direito, seu fornecimento é feito em duas linhas concorrentes: uma é do ponto de vista empresarial, que quer maximizar os lucros, e a outra é do governo. Independentemente de a moradia ser um investimento público ou privado, o custo dos insumos, líquido de impostos, permanece o mesmo.

Não é culpa dos países caribenhos o fato de não terem os recursos naturais para que as pessoas possam obter o que precisam. Mesmo que os governos procurem, a questão do financiamento continua sem solução. Os governos dão uma hipoteca ou alugam com um sistema de leasing imobiliário, mas há incentivos perversos para que os governos não persigam aqueles que não pagam, a fim de serem reeleitos. Essa é a realidade que precisa ser enfrentada. Mesmo que o Caribe tenha uma pegada de carbono mínima, ele sofre do peso de seus efeitos. Além disso, mesmo que a região pague para reconstruir-se depois de um furacão, também deve se preparar para os próximos furacões que virão. Uma única ilha não pode lidar com isso sozinha, precisa de apoio e colaboração para encontrar maneiras de melhorar o acesso ao financiamento e ao fornecimento de moradia para seus habitantes.

5. Apresentação de Hugo Cabral¹⁷

Dentro da estrutura do subprograma Habitar Comunidad, que faz parte do programa Casa Propia, destinado à população rural e aos povos nativos da Argentina, foi realizado um projeto de arquitetura e urbanização sustentável, que visa fortalecer as raízes e contribuir para a produção e o desenvolvimento produtivo da comunidade. O projeto tem quatro componentes: novas moradias, melhorias, infraestrutura e acesso à terra. Espera-se alcançar resultados importantes, como o fortalecimento das raízes em condições dignas, a geração de trabalho produtivo economicamente rentável e ambientalmente sustentável para a população rural e nativa, a contribuição para a soberania alimentar por meio da produção de alimentos agroecológicos e a promoção da desconcentração produtiva e populacional existente na Argentina. Além disso, esse programa pretende fazer tudo isso de forma participativa, sustentável e inclusiva.

¹⁶ Ministro do gabinete do primeiro-ministro responsável por habitação e governo local em Santa Lúcia.

¹⁷ Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina.

O projeto contemplou o uso de recursos locais, que é algo que sempre queremos promover. A esperança é que, na heterogeneidade de todo o país e mesmo dentro das diferentes províncias, todos aproveitem essa ferramenta e façam sua própria contribuição. E isso é o que foi claramente alcançado nesse projeto, em que os habitantes locais aproveitaram a pedra, a terra e a cana e treinaram 100 jovens, recuperando uma técnica de construção ancestral. Com o apoio de cientistas do CONICET, o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas, os atores locais conseguiram bons adobes estabilizados e uma técnica de construção particularmente eficaz. Eles usaram biodigestores para recuperar a água cinza para irrigação e aquecedores solares. Eles respeitaram toda a natureza, preservando o patrimônio florestal e respeitando a topografia também para o escoamento de água.

Tudo isso foi mostrado em um vídeo, que se concentrou nas perspectivas dos atores locais: a ideia desse bairro é revalorizar a cultura milenar que foi perdida. Agora as pessoas veem as casas, os bairros, e querem voltar a construir como antigamente. Além das vantagens térmicas do material da área, também foram implementados sistemas solares térmicos e biodigestores, visando um baixo impacto ambiental e mais ecológico.

6. Rodada de perguntas e comentários

As perguntas da plateia se concentraram em como as mudanças demográficas dos últimos anos afetaram as políticas habitacionais. Devido às limitações de tempo, apenas o Ministro das Cidades do Brasil, Jader Filho, pôde responder, referindo-se às mudanças que foram feitas na nova versão do programa “Minha Casa, Minha Vida”, com base na curva de aprendizado que o governo teve desde que o programa foi criado em 2009.

Quando foi lançada a meta de 2 milhões de moradias em 4 anos, foi avaliado o perfil das famílias que hoje precisam de moradia. Por isso, foram feitos alguns ajustes: antes, por exemplo, o emprego não era levado em conta. Na escolha do terreno para a construção de novas moradias, agora é impossível construir longe do trabalho, de escolas, centros de saúde, creches ou lojas, porque as famílias não podem ser tiradas de onde moram e transferidas para lugares distantes. Isso não cria uma solução para a cidade, mas um problema. O direito de possuir uma casa é um direito das famílias, e essas mudanças que foram feitas já estão funcionando. Por exemplo, agora há um aumento de 21% nas contratações em relação ao ano anterior e, embora a meta fosse de construir 375.000 casas, 378.000 já foram construídas. De acordo com as últimas estimativas, 450.000 casas serão construídas somente no primeiro ano, 95% das quais serão financiadas pelo orçamento federal.

Essas ações foram possíveis porque houve um diálogo com a sociedade, prefeitos, governadores e entidades que lutam pela moradia. Também foi levada em conta a experiência com os empresários desde 2009 sobre o que funcionou e o que não funcionou para resolver o déficit habitacional. De acordo com a última pesquisa do Ministério, nos últimos 4 anos não foi feito nenhum estudo para entender o déficit habitacional; a última pesquisa que o Brasil realizou data de 2019, onde foi estimado um déficit de 6 milhões de unidades habitacionais para o Brasil. Agora, o Ministério está fazendo uma referência cruzada da pesquisa nacional para entender os problemas do Brasil no contexto do seu déficit, para que o Estado possa direcionar onde está o déficit e chegar a todos os lugares, desde a microrregião até o bairro na cidade grande, para distribuir os 2 milhões de unidades habitacionais que são necessárias em cada município.

O estado de São Paulo, no Brasil, é um exemplo concreto. Lá, o Governo Federal combinará os subsídios de 55.000 reais do Governo Federal com os 20.000 reais do Governo do Estado de São Paulo e os 20.000 reais da Prefeitura de São Paulo. Isso significa que mais famílias entrarão no programa e poderão ter acesso ao financiamento. Essas famílias não tinham como solicitar financiamento e sua única alternativa era o Orçamento Nacional.

V. Fortalecimento institucional do Fórum MINURVI

A. Moderador Felipe Vera Benítez¹⁸

Este painel aborda um tema fundamental da atual Assembleia Geral. O MINURVI é uma importante plataforma para o diálogo de alto nível sobre política urbana e tem sido apoiado pela CEPAL, pela ONU e por outras agências multilaterais, sendo tradicionalmente uma grande reunião no final do ano presidida por um dos países membros. Entretanto, parece que hoje o espírito e o potencial do MINURVI estão aumentando. Por exemplo, seguindo os acordos alcançados no Chile na última sessão do MINURVI, foram criadas vice-presidências que desempenharam um papel ativo durante todo o ano. Também foram criados fóruns de debate, instâncias de trabalho para alcançar uma agenda comum.

Assim, em vez de ser apenas uma reunião no final do ano para discutir políticas urbanas, foi criado um espaço importante para a coordenação regional. Além disso, decidiu-se realizar uma reunião no meio do ano, uma pré-MINURVI. A reunião foi um sucesso, com muitos ministros da região definindo uma agenda de trabalho para todo o ano, onde as vice-presidências tiveram um papel importante e onde foram estabelecidos temas e debates. Em outras palavras, o MINURVI está se tornando não apenas um espaço para discutir políticas de alto nível, mas também para promover o trabalho colaborativo em toda a região.

Dentro da estrutura desse novo desafio, e no espírito da capacidade da MINURVI de utilizar seu grande potencial, este painel faz a seguinte pergunta: como fortalecer esse órgão para poder dar continuidade a essa agenda de trabalho e dar-lhe ainda mais força?

¹⁸ Especialista em desenvolvimento urbano e habitação, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

1. Intervenção de Emil Rodríguez¹⁹

O livro *Why Nations Fail* (Por que os países fracassam), de Daron Acemoglu e James Robinson, de 2012, conclui que a força dos países depende muito das suas instituições: o sucesso dos países em termos de políticas econômicas e públicas depende da força de suas instituições. Embora as instituições sejam criadas para durar, também é importante que elas possam evoluir com as mudanças dos tempos. O Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe - CAF, como uma organização internacional, testemunhou as mudanças pelas quais o MINURVI passou desde sua criação em 1992. Ele deixou de ser um espaço mais fechado de discussão entre ministros para se tornar um espaço aberto ao multilateralismo e às novas demandas. Agora, ele está dando mais um passo para se tornar um instrumento sólido que vai além das discussões. O objetivo é que o MINURVI se torne uma ferramenta eficaz para os governos e que possa ser levado aos cidadãos.

A CAF também está passando por um processo de transformação para se tornar um banco verde. Isso, além do nome, envolve muitas mudanças nos processos e na inovação para acompanhar as demandas futuras no campo do desenvolvimento urbano. A CAF também teve a oportunidade de pensar em novas estratégias. Uma delas, a central, é a estratégia habitacional; no entanto, questões setoriais como a habitação não podem ser separadas de outras questões, como o solo ou uma concepção de política urbana em nível nacional.

Muitos representantes da América Latina fizeram progressos na realização de uma política nacional de habitação. Por exemplo, o Equador e a Argentina são dois dos países que mais avançaram na questão de uma política urbana integral. Dentro dessa estrutura, é essencial produzir uma visão de integralidade na abordagem urbana. A CAF quer trabalhar exatamente nisso, apoiando e acompanhando os diferentes países nessa abordagem.

Para ter essa visão de integralidade, é necessário ter informações que ajudem a gerar políticas baseadas em evidências e dados, e não em crenças, ideologias ou tendências. Há vários desafios na região, como a falta de informações ou informações que existem, mas estão dispersas. Em outros casos, também há muitas informações que se sobrepõem, mas falta algum elemento ou instituição que colabore na sistematização de tudo para gerar melhores políticas habitacionais e fundiárias relacionadas à habitação. Nesse sentido, a CAF tem muito orgulho de anunciar o anuário de habitação, um instrumento que deseja disponibilizar junto com o Lincoln Institute of Land Policy nesse conjunto de instrumentos que o MINURVI terá.

2. Intervenção de Anacláudia Rossbach²⁰

O Lincoln Institute, por meio de sua ampla rede, tem desempenhado um papel fundamental na região em termos de capacitação e promoção de pesquisas sobre políticas fundiárias. O solo é fundamental para a produção de moradias pelos mercados, para as políticas públicas e para a autoprodução social de moradias. É o insumo mais caro e mais escasso e, ao mesmo tempo, tem um valor e uma função social e ecológica críticos. Portanto, o solo e a moradia são partes fundamentais intrínsecas das discussões internacionais que estão ocorrendo. Por exemplo, a Lincoln estará na próxima COP28 para levantar o nexo entre a crise climática e a crise habitacional global. Essa é uma crise global que se manifesta na América Latina e no Caribe, bem como em países europeus, na África, na China e nos Estados Unidos. Por esse motivo, reconhece-se a

¹⁹ Diretor de Habitat e Mobilidade Sustentável do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF).

²⁰ Diretor para a América Latina e o Caribe, Lincoln Institute of Land Policy.

importância das inovações e experiências da região e destaca-se a necessidade de continuar fortalecendo as capacidades institucionais do MINURVI.

O Lincoln Institute está propondo o mapeamento e a organização de informações sobre o setor habitacional, a oferta de terras e os mercados na América Latina. Esse processo poderia formar uma estrutura sólida para apoiar o desenvolvimento de políticas e mercados na região. A inspiração mais concreta é um anuário desenvolvido pelo Center for Affordable Housing na África, que vem fazendo isso há mais de 10 anos em mais de 40 países, em um continente com pouquíssimas informações. Portanto, o Instituto está começando a coletar informações da América Latina e do Caribe com esse objetivo. A região tem um conjunto importante de informações, que todavia estão muito fragmentadas e, portanto, precisam ser consolidadas e divulgadas.

3. Intervenção de Bish Sanyal²¹

No Massachusetts Institute of Technology, universidade conhecida como MIT, há um programa especial sobre desenvolvimento e planejamento urbano. Esse programa, denominado “SPURS” (Special Program for Urban and Regional Studies, Programa Especial para Estudos Urbanos e Regionais), foi iniciado em 1967 por meio da Fundação Ford, que o financiou por três cátedras. Em 1979, o programa iniciou sua colaboração com o Programa Humphrey do Departamento de Estado. Nesses 50 anos de programa, sempre houve um grande desafio: o antigo estilo de desenvolvimento urbano, relacionado à industrialização e à experiência ocidental, foi por muito tempo considerado o único modelo de desenvolvimento, além das experiências comunistas. O foco estava nos planos e no trabalho apenas com os governos, para apoiar seus projetos de desenvolvimentos urbanos. Portanto, o fluxo de conhecimento era unidirecional, e todos tinham que aprender com os especialistas e aplicar o que eles diziam.

Entretanto, o mundo mudou muito. Agora, observando as experiências de alguns países em desenvolvimento, é preciso reconhecer que não existe um caminho único para a industrialização e a urbanização. Há vários caminhos baseados na história, nas instituições e nas questões de interesse de cada país. Além disso, os profissionais estão se afastando dos planos para se concentrar mais na implementação. É na implementação que vemos se os planos funcionam ou não; se eles não puderem ser bem implementados, o problema está no plano. Portanto, a implementação é fundamental para saber o que pode ser feito, especialmente dados os recursos limitados disponíveis para lidar com essa questão.

É por isso que temos que trabalhar em estreita colaboração com especialistas e pessoas que conhecem o “terreno” nos países em desenvolvimento. Não são especialistas que devem ensinar às populações locais como desenvolver seu território. O fluxo de conhecimento é bidirecional, e a prática é muito mais valorizada. Antes, a maneira convencional era que primeiro vinha a teoria de como uma nação deveria crescer e se industrializar, e depois os especialistas tentavam implementá-la no campo. Agora é o contrário, a prática é fundamental e você precisa entendê-la, concentrar-se nos detalhes e elaborar novas teorias a partir da implementação.

O programa tem mais de 750 ex-alunos em mais de 120 países e inclui alguns ex-alunos notáveis, como o diretor do FMI, embaixadores, ministros e profissionais encarregados da programação estratégica. O programa está tentando criar uma comunidade de aprendizado, não uma comunidade consultiva, onde alunos e professores aprendem juntos. A base desse aprendizado é o trabalho de campo, sem a perspectiva arrogante de sermos especialistas. O programa está localizado no departamento de estudos urbanos e planejamento, uma das melhores

²¹ Diretor do Programa Especial de Estudos Urbanos e Regionais do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

escolas de planejamento dos Estados Unidos da América, mas também está envolvido com as faculdades de arquitetura, engenharia, administração e outras que compõem o MIT para trabalhar em conjunto em áreas e questões comuns, como transporte e energia, entre outras.

O departamento em que o programa opera tem cinco áreas: i) desenvolvimento internacional, ii) meio ambiente e clima, iii) ciência urbana (que lida com tecnologia urbana, Tecnologias da informação e comunicação (TIC) e também com Inteligência Artificial), iv) desenvolvimento comunitário e habitação, e v) desenho urbano, que é a base do planejamento. Embora possa parecer que o desenvolvimento internacional esteja separado dos outros, ele trabalha com os diferentes grupos e se concentra na situação dos países em nível internacional. A estrutura do programa prevê um ano de estudo principalmente para profissionais de planejamento em meio de carreira, com os objetivos de aprimoramento acadêmico, desenvolvimento profissional e contribuição para a comunidade.

Um objetivo importante também é a busca de parcerias de longo prazo com outras instituições. Por exemplo, na Argentina, trabalhamos sobre alguns tópicos específicos, mas foi difícil trabalhar dessa forma e atingir metas de longo prazo. Também há planos para expandir o SPURS no Leste Europeu, mas isso ainda está nos estágios iniciais. O programa também deseja uma parceria de longo prazo com o MINURVI, pois seu objetivo é aprender com a prática, ao invés de simplesmente prestar serviços de consultoria.

Há diferentes caminhos possíveis para o futuro. Um deles é a abordagem clássica, que tem a noção de uma abordagem centrada no cliente (*client-centred approach*), na qual os países convidam os profissionais para resolver um problema. Mas esse é um trabalho unidirecional e de curto prazo, e não permite um foco nos problemas do mundo em desenvolvimento. Em vez disso, o programa quer uma abordagem de aprendizado colaborativo, trabalhando com as partes interessadas regionais e locais para definir o problema e propor soluções. Os membros do programa os ajudam nesse processo de aprendizado e, ao mesmo tempo, eles também aprendem e apresentam soluções. A SPURS fornece aconselhamento, feedback, orientação e conhecimento especializado. Essa relação estratégica com as partes interessadas locais é uma relação de parceria.

Em vez de uma interação limitada e cara com os implementadores, o objetivo é o aprendizado. Para isso, é preciso trabalhar em conjunto com as partes interessadas na área de planejamento urbano e com os tomadores de decisão. É preciso identificar um problema e ter liderança, não apenas do setor público, mas também do setor acadêmico, do empreendedorismo social e também dos investidores e do setor privado, se for um projeto de construção. Isso significa ampliar a visão e mudar a maneira de fazer as coisas, por exemplo, embora os conceitos econômicos sejam normalmente usados em projetos, agora é preciso levar em consideração outros *stakeholders*, com conhecimentos diferentes. É preciso reunir essas principais partes interessadas para ter essa proximidade com os implementadores. A prioridade é reunir ideias e pensar no que é necessário para avançar e qual é a sequência certa para isso. Além disso, é importante considerar como superar as restrições, por exemplo, garantir o financiamento para levar esses projetos adiante.

4. Intervenção de Nicolás Maggio²²

O Diploma Latino-Americano de Moradia Justa e Sustentável é uma proposta de treinamento que busca fortalecer as capacidades dos governos. Especificamente, busca fortalecer os governos locais e os funcionários que estão no território todos os dias, elaborando e gerenciando políticas públicas de habitação. Há um grande potencial para acrescentar ferramentas de treinamento técnico ao grande compromisso desses funcionários.

É essencial construir o pensamento do habitat na América Latina e no Caribe. Portanto, essa diplomação busca transformar o MINURVI em uma instância de construção coletiva. Este programa tem três eixos que o impulsionam:

- i) O primeiro eixo é a necessidade urgente de pensar em moradias sustentáveis de baixa renda. A moradia que precisa urgentemente ser sustentável é, acima de tudo, a moradia de baixa renda dos setores mais pobres da região.
- ii) O segundo é vincular o mais fortemente possível os últimos desenvolvimentos e o conhecimento mais avançado sobre habitação, a “ciência da habitação” (ou Ciência da Construção) com o conhecimento que emerge dos territórios.
- iii) O terceiro eixo tem a ver com a sistematização do conhecimento gerado pela experiência de gestão de políticas públicas de habitação. O conhecimento e a experiência dos ministros e funcionários públicos que trabalham diariamente com políticas habitacionais são particularmente valiosos e, portanto, é importante que sejam sistematizados. Em suma, os diferentes módulos da diplomação oferecerão aos funcionários a sistematização das melhores práticas de políticas habitacionais na América Latina que os países oferecem para compartilhar com seus pares.

O diploma tem vários eixos temáticos, como o direito à moradia e seus direitos associados. A moradia é mais um direito do que uma mercadoria e, por sua vez, está fortemente associada a outros direitos fundamentais, como saúde, segurança, qualidade de vida, inclusão econômica e meio ambiente. Moradias inadequadas poluem, geram pobreza energética, desigualdade e outras questões que precisam ser abordadas. Outro eixo do programa será o diagnóstico e a caracterização do problema habitacional na região: como o problema habitacional está distribuído, ele está mais no déficit quantitativo (falta de novas moradias) ou qualitativo (moradias que existem, mas são inadequadas)? Ele também trabalhará na caracterização, medição e melhoria do déficit habitacional qualitativo. Por fim, o diploma abordará a aplicação da ciência da habitação no território, o aprimoramento da metodologia relacionada à habitação sustentável e a redução do impacto e da descarbonização do setor habitacional na mudança climática.

Os principais parceiros desse curso são o MINURVI, o Ministério de Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina e várias universidades nacionais e latino-americanas. Graças ao apoio da Fundação Cidade (*City Foundation*), até 2024 o curso de diplomação será composto por 250 funcionários de 50 cidades, 10 delas na América Latina. O objetivo é conceder bolsas de estudo a 50 funcionários públicos latino-americanos para que façam o curso híbrido gratuitamente.

²² Presidente e CEO da FOVISEE/Weatherizers Without Borders.

5. Intervenção de Santiago Maggiotti²³

Desde dezembro de 2022, quando os ministros deram ao Ministério de Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina a responsabilidade de presidir o MINURVI, foi proposto um novo esquema de trabalho com uma reunião no início do ano para planejar as ações a serem realizadas. Foi organizada uma Assembleia em abril, na qual se propôs trabalhar com os bancos multilaterais para marcar o caminho para a mobilização de recursos para a América Latina e o Caribe. Além disso, as vice-presidências trabalharam em diferentes aspectos, como os fóruns virtuais. É essencial que o MINURVI deixe de ser um fórum de ministros que se reúnem no final do ano para compartilhar suas experiências, e passe a ser um órgão que possa promover todas as histórias de sucesso da região. Um órgão em que as experiências locais possam ser agregadas, porque essas são as demandas dos ministros. Dessa forma, os programas podem ser planejados de acordo com as necessidades de cada população e aspectos semelhantes podem ser comparados de um país para o outro.

Por isso, acredita-se que essa institucionalização nos permitirá ter em mãos as histórias de sucesso de cada um dos ministros, prefeitos e governadores de cada um dos países que compõem o MINURVI. É por isso que é tão importante trabalhar com o Lincoln Institute, o BID e o curso de diplomação do FOVISEE. Nessa questão, há um forte desejo por parte das universidades de alguns dos países que compõem o MINURVI de fazer parte desse curso, porque o objetivo final é melhorar o treinamento em temas relacionadas ao meio ambiente, habitat, habitação e planejamento urbano.

Foi discutido como fortalecer a proposta deste ano para o futuro, por exemplo, por meio de uma secretaria executiva ou secretaria geral. No entanto, o mais importante é a vocação e a intenção de que o MINURVI seja institucionalizado e trabalhe todos os dias para melhorar a qualidade de vida dos habitantes da América Latina e do Caribe. O MINURVI tem que trabalhar para mitigar a crise climática que está afetando a região e o Caribe especialmente. Se esse bloco de 35 países começar a levantar as necessidades de seus habitats, ele terá a possibilidade de entrar na agenda dos fundos climáticos, para que a questão do habitat, da urbanização e da moradia se torne um de seus principais tópicos. Isso dependerá da capacidade dos membros do MINURVI de trabalharem juntos durante todo o ano para alcançar essas oportunidades.

Os ministros frequentemente se referem ao fato de que o financiamento dos bancos multilaterais não é tão bem adaptado às necessidades dos países. Essa institucionalização do MINURVI permite que as necessidades da região sejam levantadas, para que os bancos multilaterais possam mobilizar recursos para as necessidades específicas da região. A institucionalização bem-sucedida do MINURVI também pode ser um ponto de partida para que outras regiões do mundo se organizem da mesma forma e melhorem a qualidade de vida. O objetivo dos participantes do MINURVI é governar e desempenhar suas funções tendo em mente a inclusão, a igualdade de oportunidades e, acima de tudo, como mitigar e se adaptar às mudanças climáticas. Portanto, ao construir moradias, planejamento urbano e habitat, sempre temos que pensar em como poluir menos e como dar mais possibilidades de vida a todos aqueles que virão depois de nós.

²³ Ministro do Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina, Presidente do MINURVI 2023.

VI. O caminho para cidades mais inclusivas: transformando bairros e moradias

A. Moderador Pablo López²⁴

A América Latina e o Caribe é uma região altamente urbanizada com altos índices de desigualdade. Essa desigualdade tem um correlato espacial nas cidades. De fato, uma das variáveis que mais marcam a desigualdade na região é a crescente dificuldade de acesso à moradia adequada. Isso se explica por muitos fatores, o mais importante deles é que o preço da terra está crescendo muito mais rápido do que a renda média. Em algumas cidades, os preços dos terrenos dobram a cada 6 a 10 anos, enquanto a renda média precisa de 80 anos para dobrar. Portanto, a brecha está aumentando cada vez mais, e está se tornando mais difícil fechá-la.

É um grande desafio para os países fecharem essa lacuna, e talvez uma das expressões mais marcantes dessa desigualdade sejam as favelas da região. Mais de 100 milhões de pessoas vivem em favelas e elas continuam a crescer. Nesse contexto, há dois fenômenos que vão além do setor habitacional: a migração e a crise climática. Eles aumentam a pressão sobre o crescente déficit habitacional na região. Por isso, este painel sobre a criação de cidades mais inclusivas por meio da habitação é muito oportuno. Para refletir sobre isso, a pergunta do painel se concentra em quais políticas estão sendo pensadas para enfrentar esses enormes desafios, para tentar buscar maior equidade social com base na produção adequada de moradias e, acima de tudo, para abranger todas essas dimensões.

²⁴ Especialista em Desenvolvimento Urbano, Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF).

1. Intervenção de Paola Karina Valenzuela Cárdenas²⁵

A nova Política Urbana Nacional do Equador foi apresentada no fórum regional realizado em Quito em setembro deste ano, 2023. Esse instrumento levou mais de um ano e meio para ser construído e é um trabalho muito participativo, que permitiu ao Ministério integrar várias estratégias e objetivos, em uma visão integral. Essa política tem três objetivos:

O primeiro objetivo é trabalhar no déficit habitacional a partir de diferentes soluções inclusivas, pensando na diversidade que o Equador tem. Portanto, há linhas de ação destinadas a trabalhar tanto no déficit qualitativo quanto no quantitativo. Uma questão muito importante no Equador, que também se repete em vários países da região, é como lidar com desastres. O Equador tem uma alta frequência de desastres naturais, portanto, essa política também possibilita trabalhar em soluções a partir dessa perspectiva.

O segundo objetivo é fortalecer comunidades e cidades a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Aqui, também, existem algumas estratégias e linhas de ação destinadas a melhorar os bairros que o Ministério já vem promovendo, como o Prêmio Habitat. Essa é uma iniciativa interessante, pois é a primeira vez que o Equador promove uma experiência que permite que o Ministério se articule com governos locais e organizações multilaterais. Além disso, essa iniciativa permite que o nível local planeje estratégias para melhorar os bairros com foco nas mudanças climáticas.

O terceiro objetivo dessa política é fortalecer a governança. Há alguns programas de fortalecimento com governos locais e alguns projetos que já estão sendo trabalhados, como a institucionalização de um Sistema Nacional de Cadastro. Portanto, a nova Política Urbana Nacional possibilitou a análise de todas as necessidades do país de forma abrangente. Essa política também é financiada por linhas de crédito que não existiam anteriormente no país. Esse é um marco importante que pode ser deixado como um legado e uma ferramenta para tornar realidade o sonho construído ao longo desta Política.

2. Intervenção de Raúl Lozano Bonet²⁶

As cidades inclusivas são as cidades do futuro, das novas gerações. Há muitos fatores que estão intervindo na criação dessas cidades e que podem ser gerenciados em três eixos fundamentais:

- i) Inclusão espacial, em termos de território, infraestrutura e serviços públicos que uma cidade deve ter.
- ii) Inclusão social, para que todos sintam que têm direitos iguais, para que ninguém se sinta marginalizado ou deixado para trás. Em outras palavras, que todos possam se desenvolver plenamente, que possam educar seus filhos e construir casas.
- iii) O eixo econômico: as pessoas normalmente se desenvolvem por meio do trabalho, portanto, é essencial dar a elas as ferramentas necessárias para se desenvolverem na vida.

Esses três eixos estão inter-relacionados e, se essa interação se desenvolver positivamente, o resultado holístico será muito maior do que a soma desses eixos, mas se for negativo, a situação será ainda mais grave.

²⁵ Subsecretária de uso da terra, gestão de terras e cadastro, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Habitação do Equador.

²⁶ Ministro da Habitação e Planejamento Territorial do Uruguai, representante da Região Sul-Americana do MINURVI.

O Uruguai tem uma longa experiência com essa questão específica. O programa mais antigo é o MEVIR, Movimiento de Erradicación de la Vivienda Insalubre Rural, que foi criado em 1967, também a nível regional e continental. Esse programa específico tinha como alvo a população rural e visava erradicar as favelas rurais. Hoje, no Uruguai, essas favelas não existem mais, mas para que isso acontecesse, diversos aspectos tiveram de ser considerados, como, por exemplo, a questão do financiamento. Nesse caso, o programa foi financiado pelos próprios produtores, já que o Uruguai é fundamentalmente um país agrícola, e os próprios produtores pagavam e ainda pagam um pequeno imposto de colaboração sobre suas vendas, destinado a esse tipo de moradia.

Posteriormente, em 2020, foi aprovada uma lei que permitiu que o MEVIR construísse moradias em centros populacionais de no máximo 15.000 pessoas, que é o que está sendo feito hoje. Isso não tem a ver apenas com a construção de moradias, mas também com a participação popular. É por isso que esse programa prevê que a população participe da construção de suas próprias casas ou das casas de seus vizinhos.

Há também o programa de habitação socioeconômica “Juntos”. Ele é voltado para pessoas com menos recursos, aquelas que vivem em assentamentos irregulares. Esse programa específico também envolve a participação das pessoas que vão morar nessas moradias, que podem ser novas ou reformadas. Além disso, o programa inclui um trabalho social importante e integral em diferentes partes do país, por exemplo, levando atendimento odontológico, peças de teatro e museus para a população.

O programa “Juntos” é um compromisso real com a melhoria da qualidade de vida das pessoas de forma holística e apóia seu desenvolvimento profissional. Elas são ensinadas a trabalhar em sistemas de construção para que possam, mais tarde, trabalhar em outras construções de moradias. Também são ensinadas a desenvolver habilidades de carpintaria, por exemplo, para a construção de casas de madeira ou outras atividades, para que as pessoas mais vulneráveis possam se integrar melhor à sociedade.

3. Intervenção de Rolando Chan²⁷

Embora Belize seja um país em desenvolvimento, com cerca de meio milhão de habitantes, o governo está envolvido na construção de moradias para atender à demanda existente no país. O problema de Belize é que as pessoas geralmente vivem nas áreas mais vulneráveis. Nesse sentido, o governo tomou a decisão de construir moradias decentes. A assembleia nacional aprovou e iniciou a construção de um grande número de casas, cerca de 380. Embora países mais desenvolvidos, como Brasil, El Salvador e Colômbia, construam milhares de casas, esse número é uma conquista importante para apoiar o setor mais carente da população de Belize, como as famílias monoparentais.

Essas moradias precisam ter todos os serviços públicos, como água potável, eletricidade, vias em boas condições e bom transporte. Além disso, é essencial apoiar sua busca por trabalho. A moradia fornecida tem um aluguel baixo, de cerca de 50 dólares por mês, por um período de 15 anos. Isso proporciona apoio para que as famílias não tenham que pagar um aluguel muito mais alto, o que afetaria suas necessidades básicas, como mandar os filhos para a escola. Além disso, Belize está localizado em uma área de baixa altitude e é afetado todos os anos pelas mudanças climáticas, especialmente pelo aumento das chuvas.

²⁷ Coordenador de Programas do Ministério de Desenvolvimento de Infraestrutura e Habitação de Belize, representante da Região do Caribe da MINURVI.

É por isso que as comunidades estão construindo mais alto para mitigar os impactos sobre a moradia em tempos de emergência. Nesse sentido, o governo também está melhorando as redes rodoviárias para que todos esses programas funcionem juntos.

Na Cidade de Belize, uma estação de bombeamento de baixa manutenção chamada Archimedes foi inaugurada recentemente. Na Cidade de Belize, também, qualquer chuva pode inundar a área central da cidade. Com a implementação dessas bombas, 34.000 pessoas, suas empresas e residências estão sendo protegidas diretamente.

4. Intervenção de María Rosa Derjani Bayeh²⁸

O caminho rumo à cidade inclusiva tem desafios importantes, como a necessidade de abordar as variáveis estruturais da pobreza e da desigualdade. No nível da comunidade, além de planejar a cidade a partir de um escritório, o poder popular ou a comunidade organizada tem a capacidade de caracterizar e diagnosticar suas necessidades. A inclusão pode ser alcançada por meio da capacitação de comunidades organizadas e de governos com base em democracia direta, por meio de uma estratégia de epicentros de propagação de políticas. O objetivo desse modelo é que, a partir do próprio poder popular e da comunidade organizada em menor escala (organizações conhecidas como conselhos comunitários e comunas), a caracterização seja iniciada por meio de agendas concretas de ação e priorização territorializada para atender às suas necessidades no setor de habitação e habitat.

Desde 2010, o programa “Gran Misión Vivienda Venezuela” vem avançando, o que permitiu o acesso ao direito à moradia digna para a população mais pobre do país. É importante observar que esse programa também é acompanhado pelo programa “Gran Misión Barrio Nuevo Tricolor”, que o complementa. O primeiro programa permite a construção de novas moradias e apoia diferentes setores sociais, por exemplo, o setor camponês, os povos indígenas e afrodescendentes, mas também o setor dos trabalhadores, o setor de segurança, as mulheres que lideram quase todos os projetos organizacionais e também as pessoas com deficiência. O objetivo é incluir todos os atores que precisam de mais apoio e adaptar a tipologia de moradia a determinadas necessidades.

Enfatiza-se que, para alcançar a cidade inclusiva, não é apenas a moradia que possibilita a inclusão. Esse sistema permitiu a criação de diferentes missões que se complementam: a “Missão de Transporte”, por exemplo, promove a mobilidade e o acesso a diferentes serviços. Ela também está associada a programas de cultura, educação e saúde, de modo que todos se complementem e assegurem essa cidade inclusiva.

Além disso, a partir da caracterização, foram identificadas quatro estratégias e critérios importantes:

- i) A territorialização do diagnóstico: cada área territorial tem suas próprias características, e portanto, as soluções não podem ser as mesmas. É importante enfatizar que essas características e esse diagnóstico são definidos pela própria comunidade.
- ii) A criação de áreas comunitárias: o sistema de habitat e moradia detectou que as comunidades são o pilar do diagnóstico, do planejamento, da execução e do monitoramento de seus projetos. Além disso, a partir da convivência após a obtenção de seu projeto habitacional, elas também desempenham um papel importante na convivência e na manutenção de seu habitat. Essas são oportunidades transversais importantes em todo o projeto.

²⁸ Vice-Diretora Geral do Gabinete do Vice-Ministro de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Venezuela.

- iii) O treinamento das equipes técnicas: esse é um desafio importante, especialmente o treinamento em planejamento e capacitação para responder em tempo hábil ao planejamento.
- iv) Planejamento estratégico situacional: para que os projetos continuem, mesmo que as pessoas mudem. Entretanto, o plano não deve ser muito rígido, mas sim permitir a adequação com base nas necessidades, circunstâncias e recursos disponíveis.

5. Intervenção de Catalina Velasco Campuzano²⁹

Para analisar a perspectiva de equidade da habitação e do habitat, vale a pena ir além da ideia de “para quem” a habitação e os bairros devem ser entregues. O objetivo de todos é claramente atingir os mais pobres, mais vulneráveis e marginalizados. Entretanto, essa questão pode ser analisada sob a perspectiva do gerenciamento de habitat. A Colômbia, nos últimos 30 anos, tem tido uma política de mercado em que o papel do Estado tem sido de oferecer subsídios à demanda para a construção de novas moradias. As famílias vulneráveis fazem um esforço para economizar, solicitam crédito no sistema financeiro e o setor de construção, que é muito poderoso na Colômbia, desenvolve projetos habitacionais. O papel do Estado é oferecer um subsídio à demanda a fim de proporcionar condições financeiras a essas famílias que fazem um negócio imobiliário e compram moradias do setor de construção. Essa política está em vigor há 30 anos e tem sido eficaz; nos últimos 8 anos, o programa “Mi Casa Ya” implementou quase 300.000 subsídios, chegando a 50.000 subsídios por ano.

Mas isso não aborda a realidade, já que o habitat na Colômbia, mas também na região e no Sul Global como um todo, é construído de maneiras diferentes. Para as famílias de classe média que podem ter uma dívida hipotecária por 25 anos: elas economizam, fazem um empréstimo, compram uma casa e vivem nas cidades. Elas podem comprar um apartamento em um prédio de cinco andares, em um condomínio e viver em uma comunidade. São famílias que têm uma renda constante e, portanto, têm acesso ao crédito, são famílias urbanas, pequenas, os apartamentos têm de 48 a 52 m².

Embora essa política continue a ser implementada, é importante reconhecer que metade da Colômbia não tem acesso a esses programas. Primeiro, porque sua renda é mais baixa e, segundo, porque, no caso de trabalhadores informais, o acesso a crédito se torna impossível. O sistema financeiro não oferece crédito aos trabalhadores informais da mesma forma que oferece aos trabalhadores formais. Além disso, são famílias que vivem em condições precárias, o que na Colômbia é chamado de “ranchos”: chão de terra, parede de tábuas, telhado de lata, sem banheiro, sem cozinha, sem conexão de água e esgoto. Portanto, a principal pergunta é: como o habitat é produzido? Entendendo que há duas maneiras de produzir habitat: a maneira formal, na qual o Estado colombiano vem fornecendo subsídios há 30 anos, e a construção informal pelas comunidades.

Essa segunda forma começa quando as famílias invadem um lote de terra e se estabelecem ali por décadas, vivendo entre dois paus e plástico: é assim que milhares de famílias vivem na Colômbia. Depois disso, o Estado precisa instalar redes de serviços públicos, como água e esgoto, além de construir moradias, espaços públicos e instalações sociais e, finalmente, legalizar esses lotes de terra. A garantia de titularidade é algo muito importante, e é por isso que é necessário legalizar os bairros, melhorar as moradias e trabalhar de outras formas. Se a primeira maneira de produzir moradias é conduzida pelo setor formal de construção industrial, a outra maneira é conduzida pelas comunidades e organizações.

²⁹ Ministra de vivienda, ciudad y territorio de Colombia, vicepresidenta de debate de MINURVI.

Portanto, o Estado, para atender a essa população que não tem acesso à moradia, vai promover novos “como”, novos modos de produção.

O instrumento produtivo que queremos promover são as organizações comunitárias, que tradicionalmente constroem o habitat na Colômbia e em todo o Sul Global. Portanto, o governo tem uma política de organização comunitária, porque o instrumento mais poderoso que o Estado tem em termos de moradia é o investimento público. Um milhão de dólares para o setor de construção tem certos efeitos econômicos, enquanto o mesmo milhão para as organizações comunitárias, que legalizam bairros, melhoram as moradias e esses tipos de construções, provoca efeitos diferentes. Por esse motivo, decidiu-se trabalhar em um sistema duplo de produção de habitat e direcionar recursos públicos para as comunidades mais vulneráveis para construir habitat com organizações comunitárias.

6. Intervenção de Uraiqt Ramsaran³⁰

O Ministério de Assuntos Sociais e Habitação Pública da República do Suriname é responsável pelo bem-estar geral dos cidadãos e pela política de habitação social, pela promoção de apoio financeiro, pelas opções financeiras para habitação social e pela alocação de moradias a grupos específicos qualificados para habitação social. O Suriname está se esforçando para atender às necessidades da sociedade por meio de uma política social holística.

Nesse contexto, o governo implementou uma política integrada que leva em conta não apenas a questão da moradia, para garantir que todos tenham um bom teto para morar, mas também a questão do apoio às famílias, especialmente às famílias vulneráveis, na forma de benefícios sociais, com foco na orientação familiar. Trata-se de abordar as questões de forma holística, não apenas com moradia, mas também com o apoio financeiro necessário. O aconselhamento e a educação fazem parte disso, pois são os pilares mais importantes para o desenvolvimento de cidadãos fortes. O Ministério se esforça para atender às demandas sociais e à necessidade de moradia adequada e acessível por meio de políticas públicas.

Juntamente com a Suriname Housing Foundation, conhecida como SVS, mais de 1.600 casas estão sendo alugadas a preços acessíveis e subsidiados para famílias vulneráveis. As casas que foram construídas e alugadas estão localizadas em vários bairros do Suriname. O foco é a inclusão de todos os cidadãos, desde a área costeira até o interior amazônico do país. De fato, é importante enfatizar que o Suriname é um dos países com mais florestas no mundo, seu território é 93% coberto por florestas. Uma das metas do Suriname é proporcionar a todos um bom teto para morar, por isso foi lançado o “Projeto de Moradia Acessível”, em conjunto com o Banco Islâmico de Desenvolvimento, no qual estão sendo construídas casas na planície costeira do interior do país.

Além disso, o Ministério de Assuntos Sociais e Habitação Pública oferece subsídios a famílias que desejam reformar, reconstruir ou terminar suas casas. Um projeto envolvendo a reforma do antigo abrigo para crianças em uma parte da cidade de Paramaribo também está sendo finalizado. A implementação desse projeto tem como objetivo trazer desenvolvimento para o bairro, incluindo a construção de moradias, espaços de convivência e uma distribuição espacial do local. No Suriname, a forma tradicional de construção é com blocos de concreto e madeira, mas esse projeto será diferente da construção tradicional e não contará apenas moradias térreas, mas também com terraços e construções mais altas.

³⁰ Ministro de Assuntos Sociais e Habitação Pública do Suriname.

Também será criado um centro multifuncional para crianças, que incluirá uma biblioteca para estudarem depois da escola e praticarem esportes e jogos, um campo de futebol e um playground. O treinamento e a orientação necessários também estarão disponíveis no Ministério de Assuntos Sociais e Habitação Pública. Além do aluguel de moradias a preços acessíveis, os inquilinos receberão assistência habitacional intensiva. A orientação habitacional inclui, entre outras coisas, o fornecimento de informações sobre a orientação individual de um inquilino para se organizar e participar. A participação dos moradores é um método de desenvolvimento de políticas no qual os moradores estão direta e indiretamente envolvidos nas políticas.

Sua participação é uma necessidade e uma condição necessária para promover a qualidade de suas próprias vidas, já que eles geralmente têm conhecimento e experiência de suas próprias casas e ambiente de vida. A participação dos residentes geralmente decorre de um problema comum ao bairro ou distrito que exige uma solução. A participação mais estruturada dos moradores é incentivada pelo Ministério por meio da criação de uma representação de moradores, seja como um comitê ou uma associação de moradores, inquilinos ou proprietários. Para isso, os moradores elegem uma pessoa entre eles que será designada como ponto focal junto ao governo ou à organização habitacional. Isso significa fortalecer a infraestrutura social e criar coesão social. A ideia por trás desse projeto não é apenas construir casas, mas também centros multifuncionais para aumentar a participação e a coesão dos cidadãos, bem como garantir a inclusão e o desenvolvimento mútuo.

VII. Cidades bioclimáticas: adaptação às mudanças climáticas urbanas

A. Moderador Santiago Arias³¹

A adaptação das cidades às mudanças climáticas é uma questão central, que se soma aos desafios históricos das cidades da América Latina e do Caribe. As cidades não precisam apenas lidar com os problemas urbanos tradicionais de inclusão social, segregação social territorial, déficit habitacional e falta de planejamento e financiamento, mas agora também com fenômenos ligados às mudanças climáticas. O desafio deste século, então, é que, embora as cidades da América Latina e do Caribe contribuam pouco para as emissões dos gases de efeito estufa, já que a região contribui com menos de 10% das emissões globais, elas são as que mais sofrem com seus efeitos. Estima-se que cerca de 80% dos danos decorrentes de riscos e prejuízos relacionados à mudança climática afetem as cidades da região. Em outras palavras, grande parte desse problema ocorre nas cidades, e é por isso que precisamos pensar em como concentrar as soluções no nível da cidade.

Há um tema específico de riscos climáticos na América Central e no Caribe, a região na qual este painel se concentra. Esses riscos são diferentes de outras partes do mundo, e têm a ver principalmente com as questões de estresse climático, altas temperaturas, enchentes e furacões específicos da região. A principal pergunta do painel tem a ver com a forma como as cidades de sua região têm trabalhado com os diferentes níveis de governo para lidar com os problemas da mudança climática em termos de mitigação e adaptação. Ou seja, como as cidades se previnem e se planejam contra desastres, como torná-las mais resistentes e como prepará-las para se reerguerem melhor e mais rapidamente quando esses fenômenos ocorrerem.

³¹ Especialista urbano do Banco Mundial.

1. Intervenção de José David Rodríguez Morera³²

Pode ser considerado paradoxal o fato de que os espaços públicos de recreação, onde todos os benefícios da mobilidade são obtidos, possam se tornar espaços onde existem efeitos prejudiciais à saúde. Isso foi gerado nas sociedades pela busca de desenvolvimento, prosperidade e eficiência em aspectos construtivos. Mas, no final, em termos ambientais, podem existir custos ambientais muito altos, combinados com os efeitos das mudanças climáticas. Assim, começamos a enfrentar esse paradoxo, em termos de poluição sonora e atmosférica e dos riscos causados por fenômenos naturais. Esse problema foi analisado na Costa Rica por diferentes atores e com diferentes apoios, onde foram resgatadas habilidades que haviam sido esquecidas no passado e que permitem que as pessoas vivam nesses locais, aproveitando os recursos disponíveis e se preparando de forma muito mais resiliente para enfrentar ameaças.

Essa meta é complexa, pois é necessário lutar contra as forças do mercado e a hiperpadronização que afeta todos os setores, como o da construção. Para alcançar a mudança, é essencial ter suporte técnico para projetar e implementar políticas públicas. É por isso que a nova institucionalização do MINURVI é um desenvolvimento positivo, de modo que se possa formar um centro de troca de experiências e políticas públicas do que a região necessita. É muito importante poder trocar experiências, conhecer as ferramentas que foram desenvolvidas em outros países e compartilhar propostas, que podem ser adotadas em outras regiões.

É importante conhecer não apenas a construção do instrumento, mas também as experiências na aplicação dessas políticas e o conjunto de ações que devem ser realizadas para sua operacionalização. A partir dessa base, todo o suporte técnico necessário deve ser incorporado, como os fatores de desenho das cidades para que a construção esteja relacionada ao clima ou a outros aspectos biológicos. Os territórios não são habitados apenas por seres humanos; inclusive, em muitas regiões, a linha entre as cidades e as áreas florestais é tênue. É importante que isso também seja considerado e que as tecnologias apropriadas possam ser aplicadas em cada área. Outros critérios relacionados a locais de projetos, controles ambientais, gerenciamento de água e energia também devem ser definidos. Tudo isso pode ser incorporado à legislação e, no caso da Costa Rica, estão sendo feitos esforços para isso.

Para as cidades, também é necessário apoiar tecnologias que possam gerenciar o calor com recursos. Por exemplo, a sombra pode ser usada como um serviço adicional na cidade, o que pode tornar os investimentos em espaços públicos, vias e sistemas de transporte mais eficientes e aumentar seu uso. Também se destaca o desenvolvimento do conceito de “cidades-esponja”, ou seja, cidades que possam lidar de forma integral com o escoamento superficial que cresce à medida que os solos urbanos se tornam mais impermeáveis. Além disso, o uso de sistemas mistos para o controle de deslizamentos de terra não só contribui para o controle da erosão, mas também para a estabilidade das encostas.

São necessárias tecnologias e regulamentações para promover o uso de todos esses critérios. No caso da Costa Rica, está sendo desenvolvida a regulamentação de construção sustentável, que se baseia em uma série de compromissos internacionais e aspectos específicos relacionados à cooperação internacional. No entanto, também se baseia no artigo 50 da Constituição, um artigo muito forte que tem sido usado para tomar decisões importantes devido

³² Vice-Ministro de Habitação e Assentamentos Humanos da Costa Rica, representante da Região América Central e México da MINURVI.

à vocação ambiental que o Estado tem tido, e que fala da obrigação de proporcionar aos cidadãos um ambiente saudável e equilibrado que não afete sua saúde.

2. Intervenção de Gabriela Palacios Vidaurre³³

Ao abordar a questão das cidades bioclimáticas, sobressai uma questão importante: por que as cidades da região precisam se tornar cidades resilientes e se adaptar às mudanças climáticas? Por que os países menores precisam lidar com o resultado das ações de outros Estados? A Nicarágua é o sexto país em termos de vulnerabilidade, de acordo com o último relatório de risco climático. É um pequeno país da América Central, mas tem muitas vulnerabilidades além da mudança climática, como o risco sísmico ou o risco vulcânico.

O texto completo da Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra foi consagrado na Constituição política do país. Isso demonstra a vontade política da Nicarágua de proteger suas famílias e seu meio ambiente. É por isso que o país apoiou e promulgou iniciativas para apoiar o meio ambiente, reduzir os riscos e melhorar a adaptação às mudanças climáticas. O objetivo mais importante é progredir na redução das emissões de gases de efeito estufa, alinhado com o Acordo de Paris e a Iniciativa 30x30 para reduzir as temperaturas globais.

Também foi feito um trabalho para reflorestar o país e melhorar a conservação do solo. Além disso, cada região do país —Pacífico, Central e Caribe— e sua biodiversidade foram analisadas. Isso possibilitou a elaboração de um projeto de habitação sustentável para cada região e para suas cidades. Também foi feito um trabalho para mudar a rede elétrica; antes, 90% da energia provinha de combustíveis fósseis, enquanto agora o foco está na geração de energia limpa, a menos que o El Niño o impeça. Hoje, 74% da energia é hidrelétrica e térmica, o que também dará suporte ao crescimento da mobilidade elétrica. A Nicarágua é um país pequeno com poucos recursos e, portanto, considera o multilateralismo como uma das chaves para todos os projetos que visam à proteção da Mãe Terra e ao bem-estar das famílias nicaraguenses.

3. Intervenção de Cristina Lemus Alvarado³⁴

O Vice-Ministério de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Guatemala trabalhou nos últimos meses com um órgão consultivo, o Conselho Nacional de Habitação, formado por organizações não governamentais, pelo setor privado e pelo setor público. É muito difícil lidar com a situação habitacional apenas do ponto de vista do governo, por isso o setor privado e a academia estão sendo integrados para fortalecer a ação pública com estudos, experiências e estatísticas, para que, dessa forma, o governo e suas instituições possam contribuir e alcançar a população mais necessitada.

Na capital, foram realizados diferentes projetos horizontais de moradia para evitar a migração de mais pessoas para outros países e para que as pessoas carentes da área urbana tenham a possibilidade de ter acesso a moradias dignas e acessíveis. Os custos dos materiais e da moradia são tão altos que muitas famílias não têm condições de pagá-los, o que as leva a migrar para outros países.

A questão das áreas rurais é um pouco mais complexa para a Guatemala. A região da América Central é altamente afetada por mudanças climáticas e desastres naturais, como chuvas, tempestades e terremotos. Há grandes dificuldades em como lidar com a situação quando muitas casas são afetadas por um desastre natural. Por isso, o Fundo Para a Moradia (FOPAVI) criou uma

³³ Codiretora do Instituto de Habitação Urbana e Rural da Nicarágua.

³⁴ Vice-Ministra de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Guatemala.

mesa redonda multissetorial em conjunto com a Coordenadoria de Redução de Desastres (CONRED) e outras instituições para entrar em contato com as comunidades afetadas e explicar por que elas não podem reconstruir suas casas no local ou pedir para comprar terras em outra área vulnerável. O que se busca é um terreno isolado de possíveis desastres naturais para fornecer moradias adequadas e econômicas por meio de um subsídio do FOPAVI.

Há também a Unidade de Desenvolvimento de Moradia Popular, que se dedica à construção de muros de contenção para proteger os assentamentos humanos das chuvas. Recentemente, houve um deslizamento de terra em um assentamento e, infelizmente, 18 pessoas morreram. Há uma grande necessidade de ação por parte das instituições governamentais em coordenação com o setor privado para apoiar a população mais necessitada. Além disso, o governo está particularmente satisfeito em participar do MINURVI porque pôde discutir experiências na região da América Central e aprender sobre outros programas que poderiam funcionar na Nicarágua.

Por fim, deve-se lembrar que as mudanças climáticas não afetam apenas a moradia, mas também trazem outras consequências, como doenças e outros fatores que devem ser levados em conta para criar programas integrais que possam abordar essas situações. Atualmente, a Guatemala está atualizando sua Política Nacional de Habitação, que visa a incorporação de todas essas questões. Em particular, ela incluirá a adaptação dos processos frente à mudança climática e a construção de diferentes tipos de moradias sociais, dependendo do clima da região, já que, no momento, as moradias populares ainda não levam em conta este fator.

4. Intervenção de Dwight Sutherland³⁵

Para lidar com a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas, além das perdas e danos que muitas vezes são esquecidos, é necessário financiamento. Em relação a essa questão, Barbados lançou a Iniciativa de Bridgetown, que tem como objetivo levantar de US\$ 3 a 5 bilhões em financiamento verde para tratar dessas questões, não apenas no Caribe, mas também na América Latina. Atualmente, a maior parte dos fundos é distribuída entre os países mais ricos do mundo, com os países do G7 contraindo empréstimos a taxas de juros muito vantajosas para enfrentar a crise climática e energética. No entanto, esse financiamento deveria ir para os mercados emergentes e para as economias em desenvolvimento, pois são eles que vão arcar com o ônus dessa crise climática. Isso já é uma crise e uma emergência, e não apenas uma “mudança” climática.

A iniciativa de Bridgetown tem como objetivo abordar o financiamento da mitigação por meio de fundos fiduciários sustentáveis e bancos multilaterais de desenvolvimento, que também concedem empréstimos aos países mais desenvolvidos. Além disso, uma das áreas de foco é a questão dos direitos de saque, que antes só estavam disponíveis por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses direitos agora estão disponíveis para a maioria dos bancos multilaterais, onde podem ser emprestados a taxas de juros muito baixas. Essas são algumas das áreas que o país quer promover na COP28, para que a América Latina e o Caribe possam enfrentar a crise climática e criar resiliência e adaptação.

A Iniciativa de Bridgetown não é o único avanço realizado no país, pois Barbados visa ser coerente com esses princípios, e alocar o orçamento onde ele é mais necessário. Em outubro, o Parlamento aprovou o *Debt (Natural Disaster and Pandemic Deferment of Payment) Act*, legislação que permite ao país adiar o pagamento de sua dívida de desastres naturais e pandemia por dois anos. Durante esse período de carência, o capital de Barbados poderá se concentrar na adaptação,

³⁵ Ministro da Habitação, Terras e Manutenção de Barbados, Vice-Presidente de Solidariedade do MINURVI 2023.

mitigação e perdas e danos causados por essas catástrofes. Recentemente, o país foi atingido pelo furacão Elsa, que afetou 17.000 residências, e 1.507 casas tiveram de ser reconstruídas e reparadas a um custo total de US\$ 124 milhões. Se os direitos especiais de saque pudessem ser usados, trilhões de dólares seriam liberados na região para resolver esses problemas sem sacrificar o orçamento para saúde, infraestrutura e educação.

Por fim, é importante mencionar a iniciativa do Banco Azul-Verde (*Blue-Green Bank*). O Green Climate Fund, que é o maior fundo de investimento climático do mundo, investiu cerca de US\$ 30 milhões nesse projeto em Barbados para permitir que o país desenvolvesse projetos associados à construção de resiliência: energia renovável, reparo de telhados, transporte e eletrificação. Além disso, o banco de desenvolvimento da América Latina, CAF, está apoiando o Blue-Green Bank com cerca de US\$ 15 milhões.

É por meio do financiamento que os desafios resultantes da crise climática podem ser enfrentados com a construção da resiliência. Da mesma forma, foi desenvolvido o programa “*Roofs to Reefs*”, que inclui todos os setores, como energia, transporte e planejamento, em uma abordagem holística e integrada para criar resiliência e sustentabilidade. Por fim, a Organização Regional de Normas e Qualidade da Comunidade do Caribe (CROSO, CARICOM) é uma iniciativa importante para definir padrões para a construção de casas resilientes. O objetivo é que outros países vejam se esse código de prática pode ser aplicado em sua situação. Nesse espírito, a região precisa compartilhar esforços para enfrentar a crise climática.

5. Intervención de Raúl Omar Acosta Gregorich³⁶

Cuba é um país que, devido à sua posição geográfica, é frequentemente atingido por eventos climáticos extremos, como furacões, chuvas fortes e secas, além do aumento do nível médio do mar devido às mudanças climáticas. Até 2050, estima-se que 155 assentamentos serão afetados por esse aumento. Também em épocas de seca extrema, a ilha foi afetada por incêndios florestais; no ano passado, por exemplo, houve um grande incêndio nas províncias do leste do país.

O rígido bloqueio econômico, comercial e financeiro dos Estados Unidos é o principal obstáculo à capacidade do governo de promover políticas para mitigar e enfrentar os efeitos da mudança climática. No entanto, o governo cubano está se esforçando, juntamente com seu povo, para avançar nessa direção. Atualmente, mais de 600 casas que seriam afetadas pelo aumento médio do nível do mar foram evacuadas para locais mais altos e seguros. Elas representam 16% do estoque desse tipo de moradia, onde vivem mais de 4.600 cubanos.

Promovido pelo Comandante-chefe desde o triunfo da Revolução, o programa chamado “*Voluntad Hidráulica*” (Vontade Hidráulica) foi realizado para poder enfrentar as chuvas intensas e os furacões que atingiram Cuba. Durante esse período, mais de 1.000 barragens e microbarragens foram construídas para armazenar mais de 10 bilhões de metros cúbicos de água. No início da Revolução, houve um furacão que destruiu vilarejos inteiros e deixou centenas de mortos. A partir de então, a vontade do comandante-chefe se concentrou na questão hidráulica. Essa mesma tarefa levou o governo a construir mais de 800 km de canais para levar a água para onde ela é necessária, em vez de para onde a natureza quer levá-la, pois isso afeta fortemente a população.

O capitalismo deixou um estoque de florestas de menos de 13% na ilha. Hoje, Cuba apresenta 29,8% de reflorestamento, especialmente reparações florestais pelo “Plano Turquino”, liderado por um vice-primeiro-ministro. Isso denota a grande atenção do Estado cubano às tarefas

³⁶ Presidente do Instituto Nacional de Planejamento Territorial e Urbanismo de Cuba.

relacionadas às mudanças climáticas. A Nova Agenda Urbana e as ações contra as mudanças climáticas são tarefas do Estado, também lideradas por um vice-primeiro-ministro, e são verificadas e analisadas regularmente. Além disso, de 2019 a 2022, 16.700 casas foram construídas e mais de 89.000 casas foram restauradas. Sessenta por cento dessas casas foram construídas ou restauradas com o trabalho dos próprios habitantes, ou seja, por meio da participação popular. Mais de 1.600 favelas passaram por intervenção nos últimos dois anos, melhorando as condições de vida de seus habitantes, que são estimados em mais de 186.000 pessoas.

O país é, sem dúvida, frequentemente afetado pelo clima, especialmente devido à sua posição geográfica. Embora não tenha ocorrido um furacão ou um grande terremoto, a ilha também está localizada em uma área sísmica. No último ano, vários terremotos foram sentidos e a população tem se preparado para eles. Um dos pontos fortes de Cuba é o fato de poder contar com um Sistema de Defesa Civil liderado pelo Estado, que é a instituição encarregada pela elaboração de planos contra desastres e do qual participam todas as instituições e a população. Além disso, esse sistema trabalha para mitigar e minimizar todos os efeitos das mudanças climáticas.

Uma forma especial de articulação entre a Nova Agenda Urbana e as estratégias para enfrentar os desafios das mudanças climáticas é a “Tarea Vida”. Esse Plano Estadual é articulado com o Plano de Desenvolvimento Econômico e o Plano Urbano do país. Esses elementos conseguiram combinar a política estatal com uma participação muito ativa da população, embora sejam liderados pelo aparato estatal. Por exemplo, para enfrentar os furacões que afetam Cuba todos os anos, foi criado um dia de treinamento para a população chamado “Exercício Meteoro”, no qual as pessoas se preparam para o enfrentamento de um grande evento natural no país. Por fim, o Estado está trabalhando em cooperação com a ONU-Habitat para ajudar as regiões mais afetadas por esses eventos, como a cidade de Viñales, em Pinar de Río, que foi duramente atingida por um furacão no ano passado.

6. Intervenção de Philip Telesford³⁷

Granada, sendo um pequeno estado insular, está bem ciente da crise climática que enfrenta. Em 2004, o país foi devastado pelo furacão Ivan, onde 90% das casas foram perdidas. Hoje, grande parte das casas está sendo reconstruída porque muitas delas, especialmente as casas de famílias de baixa renda, não estavam cobertas por seguro e não puderam ser protegidas das consequências do furacão. Aproximadamente apenas 42% das casas em Granada foram construídas com estruturas de parede, enquanto o restante foi feito de madeira ou materiais menos robustos, o que é problemático.

Além dessa crise, 32% da população tem necessidade urgente de moradia. Para ilustrar a gravidade dessa situação, apenas 600 casas puderam ser distribuídas à população, em comparação com uma demanda de 6.000 pessoas que precisam de moradia. Isso significa que 90% das pessoas que solicitaram moradia não conseguiram uma casa. Os problemas de Granada são os mesmos de outros países do Caribe: acesso a financiamento e acesso a materiais mais robustos e inovadores para enfrentar esse desafio. Por meio de um grande projeto chamado “Projeto 500”, o governo quer construir 500 novas casas, eficazes em termos climáticos, e que estejam de acordo com o estilo arquitetônico de Granada.

³⁷ Ministro do Desenvolvimento Social e Comunitário, Habitação e Assuntos de Gênero de Granada.

O maior desafio é como financiar essas casas, já que, com uma população tão pequena, não há recursos suficientes para a construção, e portanto, mais parcerias público-privadas estão sendo buscadas. O outro desafio é que grande parte da população usa latrinas de fossa. Essas latrinas ficam ao ar livre e não estão equipadas para o descarte de dejetos humanos. Embora esse problema precise ser resolvido, o desafio continua sendo o acesso a financiamento adequado e de baixo custo. O governo está comprometido com a elaboração de uma política habitacional adequada, mas todos esses planos precisam de financiamento. A esperança é que essa conferência do MINURVI ajude a construir as relações necessárias para ter acesso a esse financiamento. O objetivo é permanecer unidos, pois muitos países compartilham os mesmos problemas e precisam de soluções comuns para enfrentá-los.

7. Rodada de perguntas e comentários

Dwight Sutherland, Ministro da Habitação, Terras e Manutenção de Barbados, e Vice-Presidente de Solidariedade do MINURVI 2023, comentou a intervenção do Ministro Telesford, de Granada, sobre o tipo de construção. Para a construção das casas, ele sugeriu o uso dos padrões de qualidade do Caribe, os padrões "CROSQ". Esses padrões definem o código de construção regional, que pode suportar até furacões de categoria 4. Esses padrões seriam de grande ajuda para a América Latina e o Caribe.

Ele também adicionou um comentário sobre os instrumentos de empréstimo do Caribe. Todos os países do Caribe estão no cinturão de furacões, que precisam enfrentar anualmente. Diante desse problema recorrente, todos os instrumentos de financiamento devem incluir uma cláusula nacional de desastre e pandemia. Essa é uma questão urgente e crítica para o MINURVI, pois quando essa cláusula é incluída nos instrumentos de empréstimo, um país pode adiar os pagamentos de amortização e juros que normalmente teria de pagar. Desta forma, o capital poderia ser usado para aumentar a resiliência e resolver esses tipos de problemas. Granada ainda está reconstruindo seu país, embora já se tenham passado 19 anos desde o furacão. Portanto, é importante concentrar-se na construção da resiliência por meio de financiamento e dos padrões da Organização Regional de Normas e Qualidade da Comunidade do Caribe.

VIII. Mobilidade urbana: principais desafios pós-pandemia

A. Moderador Diego Aulestia³⁸

A presença das autoridades e dos funcionários públicos é muito relevante, pois todos estão envolvidos não apenas nos projetos habitacionais, mas também na relação entre a habitação e outros setores. Há autoridades ministeriais, como no caso do Paraguai, que assumiram o cargo recentemente e já estão tentando resolver desafios importantes com novos projetos. O painel também inclui instituições que estão em processo de transformação institucional, como é o caso das Bahamas e de Honduras. Por outro lado, o painel inclui instituições com responsabilidades transversais, como no caso de São Cristóvão e Névis, e instituições que têm obrigações constitucionais de tratar de questões fundiárias e de renovação urbana, como em Antígua e Barbuda.

A mobilidade tem sido considerada fundamental na situação pós-pandemia. As ameaças à estabilidade financeira dos sistemas de mobilidade são comuns na região. Sem dúvida, a localização é fundamental para a definição e a programação dos projetos habitacionais, além de ser um elemento central na vida dos cidadãos, pois condiciona o acesso e os tempos de deslocamento às oportunidades econômicas, de lazer e educacionais, entre outras. Nesse sentido, não é possível falar de política habitacional sem falar de mobilidade.

1. Intervención de Gaynelle Rolle³⁹

O trabalho do Ministério de Energia e Transporte das Bahamas está intimamente ligado à questão habitacional por meio de suas iniciativas de energia renovável. As consequências dos desastres naturais afetam o meio ambiente, seja na terra ou no mar, e todos os seres vivos, especialmente os seres humanos.

³⁸ Chefe da Unidade de Assentamentos Humanos, CEPAL.

³⁹ Secretário Permanente, Ministério de Energia e Transporte, Bahamas.

Esse foi o caso em 1º de setembro de 2019, quando o país foi totalmente destruído pelo furacão Dorian, de categoria cinco. Foram registradas rajadas de mais de 200 km/h e ondas de mais de 7 metros que destruíram muitos edifícios e submergiram muitas áreas das ilhas. Em duas horas, as Bahamas tiveram 44 mortes confirmadas e centenas de pessoas continuam desaparecidas até hoje. Os danos às residências atingiram mais de 80% das casas nas ilhas de Abaco e Grand Bahama, as ilhas do norte das Bahamas, com milhares de residentes e centenas de imigrantes sem documentos. O custo estimado dos danos foi de US\$ 3,4 bilhões, de acordo com a avaliação de um especialista em seguros independente. Levando em conta todos os danos, a estimativa final foi de US\$ 7 bilhões.

A mobilidade urbana tem o objetivo de conectar pessoas, serviços e produtos com um propósito comunitário, além de ser uma ferramenta útil para o alívio de furacões. Entre os muitos ministérios que responderam à crise estava o Departamento de Habitação. Primeiramente, ele realizou uma avaliação da extensão da devastação, concentrando-se em resolver rapidamente a questão da realocação temporária dos residentes na capital até que alguma infraestrutura fosse restaurada, além de fornecer soluções de curto prazo para aqueles que não puderam ser realocados. A avaliação permitiu saber quantas casas haviam sido danificadas e em que extensão, bem como identificar quem eram os proprietários: mulheres solteiras, mães, pessoas de baixa renda, adultos, entre outros. O apoio era então necessário e tinha de vir do governo.

Após a avaliação das necessidades, foi implementado um plano de ação para identificar as principais partes interessadas e os líderes do projeto para criar sinergia com os funcionários dos órgãos governamentais relevantes, as principais partes interessadas e os voluntários locais e internacionais. A assistência recomendada variou de ordens executivas, isenções fiscais e pacotes de estímulo econômico a visitas à comunidade por funcionários do governo.

Alguns desses desafios foram os seguintes: alguns residentes perderam suas casas completamente e não tinham recursos financeiros para substituir suas hipotecas, muitas hipotecas não tinham seguro e outra hipoteca não seria viável, já que a dívida hipotecária anterior continuava vigente mesmo após o desastre natural. Os proprietários de casas sem hipoteca tinham investido suas economias em sua casa atual e não tinham seguro residencial. Por outro lado, os residentes que tinham um imóvel alugado enfrentaram o desafio de não ter onde alugar e, se tivessem, os custos do aluguel seriam inacessíveis devido à demanda. O governo tinha fundos limitados para atender a todas as necessidades e permanecer gerenciável e operacional na mobilização da assistência.

O governo implementou a Northern Bahamas Exemption Order (Ordem de Isenção do Norte das Bahamas), um programa de assistência para reparos domésticos, uma isenção fiscal, isenções de impostos e de IVA para todas as importações para a ilha, especialmente para materiais de construção, móveis e acessórios. Além disso, várias taxas foram suspensas para voos não comerciais que trouxessem materiais de construção e ajuda.

Um dos desafios enfrentados no curto prazo é tentar documentar e atender as necessidades dos migrantes sem documentos. No longo prazo, o governo enfrentou o desafio de encontrar casas para os residentes que não tinham onde ficar. Uma estratégia de mitigação de riscos foi decidida pelo governo, que estabeleceu a aplicação de códigos de construção para garantir que as casas possam resistir aos ventos dos furacões. Em segundo lugar, o governo entrou em contato com as companhias de seguros e os credores hipotecários para garantir que, uma vez hipotecadas, as casas fossem asseguradas. Para as pessoas que não tinham hipotecas e eram proprietárias de casas, o Departamento de Impostos se certificou de fornecer cópias do seguro residencial para garantir que estivessem em conformidade com os impostos.

2. Intervenção de Shawn White⁴⁰

São Cristóvão e Neves identificou a mobilidade urbana como o quinto de seus sete pilares enquanto pequeno estado insular. Uma das principais funções dos assentamentos sustentáveis é tornar as ruas e estradas acessíveis aos pedestres. As cidades de São Cristóvão e Neves são muito pequenas, e o objetivo é poder oferecer mais acessibilidade aos pedestres.

Outra questão é a necessidade de mobilidade urbana pós-pandemia para proporcionar segurança e saúde aos residentes urbanos, bem como considerações sobre pessoas sem documentos e migrantes, que são um peso a mais para os sistemas médicos. Também, se permitiu moradias autoconstruídas que facilitassem a mobilidade e a resposta de segurança e proteção, e que as cidades funcionassem durante emergências médicas, para que os mais vulneráveis não fossem sacrificados durante situações de crise.

Um dos principais projetos em que o governo está trabalhando atualmente é a erradicação dos assentamentos informais. Um dos últimos assentamentos temporários ilegais de propriedade do Estado no país acaba de ser erradicado, onde 30 famílias foram realocadas e o governo assumiu o aluguel delas durante todo o ano. Foi uma ação sem precedentes do governo para mostrar ao público que queremos nos livrar desses assentamentos temporários ilegais, que queremos que as pessoas se tornem proprietárias e tenham poder de decisão. Essa é uma das pedras angulares do governo de São Cristóvão e Neves.

Outro projeto desse tipo está relacionado à questão da água. Devido aos efeitos da crise climática, o país tem altos níveis de seca e o governo passou a buscar financiamento concessionário para implementar a dessalinização e outros exercícios de perfuração de água para que as pessoas possam ter acesso à água limpa. Essas são apenas algumas das áreas em que o governo está trabalhando para tentar melhorar a mobilidade social de seus cidadãos.

3. Intervenção de Juan Carlos Baruja Fernández⁴¹

Em 2018, foi criado o Ministério de Planejamento Urbano, Habitação e Habitat do Paraguai, criando assim novas competências em planejamento urbano. Foi iniciado um processo participativo de atualização e adaptação da política nacional de habitação, que inclui a mobilidade urbana como um dos principais eixos no planejamento das cidades. O gerenciamento de terras e a mobilidade urbana são dois dos grandes desafios do desenvolvimento habitacional e urbano no Paraguai. Há áreas com poucas estradas e meios de transporte, e as áreas metropolitanas têm serviços de transporte público de baixa qualidade e cobertura espacial e temporal deficiente. Esse problema deve ser abordado por meio do uso e da gestão do solo, de acordo com uma perspectiva territorial, considerando os planos de mobilidade e as ferramentas legislativas destinadas a melhorar a conectividade entre os diferentes municípios de maneira eficiente.

Em termos de mobilidade urbana, por meio do plano de desenvolvimento Paraguai 2030, o Ministério estabeleceu o objetivo de desenvolver uma matriz energética sustentável com ênfase no aumento do consumo de energia elétrica e na redução do percentual de consumo de derivados de petróleo. Além disso, a mobilidade elétrica é destacada como uma linha de ação prioritária para atingir esse objetivo. Da mesma forma, a Política Energética Nacional 2040 promove a adoção da mobilidade elétrica como uma tecnologia que amplia a participação da eletricidade na matriz de consumo de energia e como uma estratégia de eficiência energética. Tudo isso está alinhado com

⁴⁰ Presidente do Comitê Nacional de Habitação de St. Kitts e Neves.

⁴¹ Ministro do Urbanismo, Habitação e Habitat do Paraguai.

os compromissos internacionais assumidos pelo Paraguai perante as Nações Unidas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das Contribuições Nacionalmente Determinadas e marcados no Acordo de Paris.

O Ministério do Urbanismo, Habitação e Habitat faz parte do Conselho Estratégico de Mobilidade Elétrica, no qual ministros de várias outras instituições trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir e promover a transição para a mobilidade elétrica, visando à segurança energética, ao desenvolvimento industrial, ao progresso social e à sustentabilidade ambiental. Além disso, o Conselho se une a uma visão integral que busca posicionar o Paraguai como uma referência regional em mobilidade elétrica em várias áreas-chave para contribuir significativamente para alcançar o desenvolvimento sustentável do país.

Por fim, é importante mencionar o projeto Rota Verde, patrocinado pela ITAIPU Nacional, que visa instalar estações de recarga para veículos elétricos ao longo da Rota 2, possibilitando que os motoristas recarreguem seus veículos elétricos e dirijam de Assunção a Ciudad del Este. Atualmente, há seis estações de recarga ao longo da rota. Com esse projeto, o Paraguai demonstra seu apoio à mobilidade elétrica e seu esforço para pensar em um ecossistema de transporte sustentável, e uso eficiente de energia, com níveis reduzidos de poluição sonora, com respeito ao meio ambiente e cumprindo o compromisso do Paraguai de contribuir para a redução gradual das emissões de CO₂ no ar e na atmosfera.

4. Intervenção de Héctor Estrada⁴²

Ao analisar a mobilidade urbana pós-pandemia, nos questionamos sobre o quanto a América Central e o Caribe estavam preparados para lidar com esse desastre. A região sabe o que é enfrentar desastres ambientais e os impactos gerados pelas mudanças climáticas. No entanto, é fundamental entender não apenas como as cidades colocaram seus sistemas de saúde à prova durante a pandemia, mas também questionar como eles foram projetados, onde estão localizadas as áreas residenciais, os espaços recreativos e os locais de educação e trabalho.

Também é fundamental perguntar quanto tempo as pessoas levam para se deslocar de um lugar para outro, como as políticas locais e nacionais às vezes acabam sendo fragmentadas e desarticuladas, e esclarecer que, quando essas crises ocorrem, é difícil se reerguer imediatamente. Ou seja, em um momento de quarentena, os cidadãos se deparam com a dificuldade de ir a um mercado. Assim, eles se perguntam como retornar a uma articulação desses elementos que compõem a urbanização por meio das ferramentas fornecidas pelas políticas públicas.

No caso de Honduras, há um processo de rearticulação de uma política territorial urbana nacional com uma política habitacional, para garantir que essas duas políticas tenham um impacto sobre como os cidadãos se movimentam na cidade e como responder a diferentes situações. Também é importante que a política habitacional tenha um impacto sobre como administrar a terra, como alocar alvarás de construção e licenças ambientais, como elaborar planos de desenvolvimento municipal e planejamento estratégico multinível e também como a cidade se manifesta nessa mobilidade urbana.

A articulação dessas duas políticas é fundamental e enfatiza a necessidade da população. Em outras palavras, ela destaca o valor da participação política dos cidadãos na forma como as cidades são projetadas. É possível reunir especialistas, teóricos e peritos, mas são as pessoas, com seus movimentos diários, que realmente darão as linhas e diretrizes sobre o que precisa ser feito em

⁴² Diretor Executivo do Programa de Habitação e Assentamentos Humanos de Honduras.

uma determinada cidade ou urbanização. Em Honduras, os comitês de habitação rural e urbana estão sendo incentivados a atuar como entidades locais, além do município, que podem fornecer ao governo as informações necessárias para uma tomada de decisão mais eficaz.

Por fim, é fundamental lembrar que o déficit habitacional não é resolvido apenas com a construção de casas, mas também com a disponibilidade de serviços básicos. No caso de Honduras, as instituições públicas estão trabalhando para garantir que serviços como eletricidade, água potável, esgoto e estradas voltem a funcionar em todas essas áreas urbanas.

5. Intervenção de Antonio Clement Marley Mandela⁴³

O desafio pós-pandêmico de Antígua e Barbuda é reiniciar, recuperar e revitalizar. A questão da mobilidade urbana e os outros grandes desafios pós-pandemia têm como cenário o fato de que, na área de habitação, os pequenos países insulares em desenvolvimento carecem de inovação tecnológica no setor de construção. Há uma forte relutância por parte das empreiteiras tradicionais e da população em geral, que se opõem ao risco geral de se aventurar em opções inovadoras que sejam mais inteligentes e mais acessíveis.

A adaptação ainda exige uma mudança de perspectiva. A população de Antígua e Barbuda tem medo de catástrofes e se sente mais protegida ao confiar na opção tradicional de tijolos e aço. A mobilidade urbana é fundamental para o funcionamento da sociedade. Ela é a porta de entrada para a vida cotidiana, permitindo o acesso à moradia, ao emprego e aos serviços urbanos. Ela também apoia o crescimento populacional, gerenciando as comunidades para que recebam acesso adequado aos serviços em tempo hábil.

O maior desafio em relação a essa questão é o acesso a financiamento para atender às necessidades. Por exemplo, atender à demanda por água para eliminar o racionamento. A pandemia ensinou ao governo que ele deve determinar a implementação de planos estratégicos, projetados para atender às necessidades de mobilidade de pessoas e empresas para uma melhor qualidade de vida. O avanço da tecnologia facilitou a vida das pessoas e a tecnologia inteligente melhora o padrão de vida por meio de produtos e serviços inovadores. É tão simples quanto conectar-se a um aplicativo. A tecnologia inteligente permitiu que as pessoas existissem quando o mundo parou e as fronteiras foram fechadas com mobilidade limitada. Embora vários desafios que impediam o desenvolvimento do Estado tivessem que ser enfrentados, está claro que o desenvolvimento da infraestrutura e a habitação desempenharam um papel crucial na promoção do desenvolvimento econômico e da recuperação após a crise.

O governo tem o compromisso de promover o empoderamento de seu povo por meio da propriedade. Antígua e Barbuda cumpre seu mandato ao oferecer a oportunidade de propriedade por meio de um programa de empoderamento de terras e moradias, no qual a propriedade foi viabilizada por meio de subsídios governamentais significativos. Após a pandemia, o governo está fazendo o que é necessário para restaurar o tipo de orgulho e dignidade que um governo deveria querer de seu povo. A pandemia mudou as atitudes das pessoas, que desenvolveram um sentimento de ódio pelo sistema político.

Ao navegar por essa transformação, é necessário projetar um ambiente de mobilidade que enriqueça a vida de todos os cidadãos e atenda às comunidades no futuro. A visão da mobilidade urbana está ao nosso alcance, uma vez que o apoio certo seja obtido de países amigos que não taxem as economias mais frágeis e sobrecarregadas. Deve-se sempre lembrar que o que é construído acaba construindo economias, comunidades, famílias e futuros.

⁴³ Senador e Secretário Parlamentar no Ministério de Habitação, Obras, Terrenos e Renovação Urbana de Antígua e Barbuda.

IX. Coleta de dados para mobilização de recursos financeiros e climáticos

A. Palavras de David N. Sisen⁴⁴

O Banco Mundial gostaria de destacar os três principais temas ouvidos nesta Assembleia Geral: as mudanças climáticas, a coordenação com o setor privado e a necessidade de aumentar a escala, ou seja, agir agora.

A primeira questão que surgiu em quase todas as discussões foi a questão das mudanças climáticas, não apenas no aspecto da mitigação, mas também no da adaptação. Com relação à mitigação, a região não é a mais importante em termos de emissões, contribuindo com apenas cerca de 8% das emissões globais. Nesse sentido, o foco de ação tem sido principalmente o setor florestal, devido às grandes emissões causadas pelas mudanças no uso da terra e pelo desmatamento. Apesar disso, as cidades têm um papel muito importante a desempenhar na redução das emissões de carbono na região. Por exemplo, a reforma de uma casa reduz o impacto sobre as emissões de carbono em 77% em comparação com a construção de uma nova. Portanto, a primeira mensagem da Assembleia Geral do MINURVI é “urbanização inteligente”, organização e políticas urbanas inteligentes podem ser uma grande parte da solução para a questão da mitigação na região.

Mas é o tema da adaptação que mais afeta os países membros do MINURVI. O vice-presidente do MINURVI, o ministro de Barbados, esclareceu que esta é uma crise climática e não uma mudança climática. A grande maioria dos danos causados pelas mudanças climáticas na região afeta fortemente as cidades. Além disso, espera-se que as taxas de urbanização aumentem em 10%, em uma região onde quase um terço de seus habitantes urbanos é afetado por déficits habitacionais qualitativos e quantitativos. Nesse sentido, os estresses e impactos que as mudanças climáticas trarão são reais e desafiadores.

⁴⁴ Gerente de Práticas Urbanas, Gestão de Risco de Desastres e Terras para a Região da América Latina e Caribe, Banco Mundial.

Há algumas semanas, o furacão Otis causou enormes danos em Acapulco. Um ciclone tropical comum, em 12 horas, tornou-se um furacão de categoria 5 com impactos de quase 10 bilhões de dólares. Essa não é uma questão teórica, mas algo que a região está vivenciando agora. Em tudo isso, a prioridade da política pública é priorizar os investimentos na redução de riscos. Muitos se concentram no que acontece após o evento, mas a prioridade deve ser a redução de riscos por meio de investimentos que melhorem a resiliência da infraestrutura.

Há um artigo sobre um programa de estímulo fiscal de US\$ 140 bilhões do governo chinês em investimentos urbanos para reduzir os riscos da mudança climática. Por exemplo, as cidades podem absorver água em caso de enchentes. O estímulo fiscal e o fortalecimento de políticas públicas e programas nacionais para gerenciar a mudança climática nas cidades devem fazer parte da abordagem do MINURVI.

A segunda mensagem principal se concentra em como o setor público pode trabalhar com o setor privado. É o setor privado que constrói as cidades, mas sem o setor público, sem um administrador do setor público, os objetivos da política pública não podem ser alcançados. Em outras palavras, uma grande parte da solução para as cidades precisa ser a construção de moradias e investimento nos centros urbanos, ao invés de continuar a aumentar os limites da cidade. Ainda assim, sem grandes esforços ou incentivos do setor público, o setor privado não fará isso.

Há vários exemplos na região de cidades apoiadas pelo Banco Mundial e pelo BID que estão tentando fazer exatamente isso: a cidade de Fortaleza, no Brasil, ou o novo programa do Banco Mundial em Kingston, na Jamaica. Grandes investimentos públicos, como parques e restauração de bacias hidrográficas, entre outros, podem impulsionar não apenas o serviço público, mas também o desenvolvimento de uma cidade pelo setor privado de forma mais integrada e social, fornecendo serviços a todos.

A experiência na Colômbia, onde o setor público teve esses programas de subsídio do lado da demanda, mostra que não é incompatível ter um setor privado que atenda às necessidades da classe média e políticas públicas que apoiem os menos abastados. O crescimento em ambas as partes do setor imobiliário não é incompatível. Quando olhamos para um país como a Colômbia, onde 300.000 casas foram construídas nos últimos anos, podemos ver que esses dois caminhos podem, de fato, coexistir.

Por fim, há algumas reflexões importantes: em primeiro lugar, é importante lembrar que os Estados têm um papel fundamental a desempenhar. Na Indonésia, por exemplo, há grandes programas nacionais para promover o bom gerenciamento da terra, o bom desenvolvimento do mercado imobiliário e também dos serviços básicos. Os programas nacionais são essenciais, mas o investimento em nível de municípios e governos subnacionais também deve fazer parte da solução. Em alguns países da região, a capacidade de investimento em nível municipal pode ser ainda maior do que em nível estadual. É fundamental apoiar e fortalecer os governos locais e dar-lhes oportunidades de usar o crédito e os investimentos de forma segura e inteligente.

Na visão do Banco Mundial, a intermediação financeira é uma parte fundamental do aumento de escala. Em muitos países, há bancos nacionais de desenvolvimento que precisam aumentar seu apoio nessa área. Em outras palavras, é importante que eles não estejam interessados apenas em conceder empréstimos ao setor privado, mas também em apoiar os municípios no desenvolvimento territorial. Portanto, nos próximos anos, parte da solução será apoiar as instituições financeiras nacionais e regionais para que desempenhem esse papel de financiar investimentos em nível local.

O Banco Mundial esteve no Japão com uma delegação do Banco do Brasil, um banco em grande parte público, que celebrou a venda de créditos para um investimento em energia eólica no estado do Piauí no mercado japonês. Isso significa que os aposentados japoneses estão comprando créditos de carbono para apoiar o desenvolvimento de energia renovável no Brasil. Esses intermediários financeiros e o sistema bancário podem desempenhar um papel importante no avanço de todas as questões que foram discutidas hoje, especialmente na questão do desenvolvimento sustentável das cidades na América Latina e no Caribe.

B. Palavras de Tatiana Gallego⁴⁵

As mudanças climáticas e a urbanização são fundamentais para o trabalho do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nas discussões da Assembleia Geral, o tema de que a região está passando por uma crise climática e que as cidades estão no centro dessa crise foi abordado várias vezes. Os dados têm um papel importante a desempenhar nessas questões por vários motivos:

- Primeiro, porque permitem a medição e o monitoramento de elementos como temperatura, aumento do nível do mar e desmatamento, entre outros.
- Também permitem a definição de certos padrões, tendências e, até certo ponto, a avaliação e a modelagem. Talvez o mais importante de tudo seja o fato de permitir a tomada de decisões informadas.
- Permitem também o monitoramento do progresso dos compromissos e, até certo ponto, a responsabilização pelo que foi ou não alcançado e a reflexão e correção com base nisso.
- As informações e os dados são essenciais, e é importante refletir sobre como o desenvolvimento tecnológico precisa ser orientado e trabalhar com a população. Isso permite não apenas melhorar a conscientização pública, mas também transformar todos os participantes do MINURVI em atores ativos, tanto individual quanto coletivamente.

Os dados são essenciais para poder determinar os diagnósticos que informam e orientam o financiamento e a ação climática. Há dois exemplos atuais da região que podem ser inspiradores. Por um lado, está sendo feito um trabalho de medição mais eficaz e homogêneo do déficit habitacional que começa a incluir elementos de mudança climática e sustentabilidade. Por outro lado, existem algumas ferramentas do BID em *open code* que permitem que todos os atores monitorem o crescimento dos fatores que afetam a coexistência e o estado das cidades.

Além disso, o BID está trabalhando em conjunto com a CEPAL em trabalhos de censo, pesquisas e também com os institutos de estatística dos países. Com isso, ele apoia o desenvolvimento de capacidades para uma melhor definição do déficit habitacional, para uma melhor aplicação de metodologias, para melhorar a análise e o cálculo do déficit habitacional e para poder padronizar a metodologia e torná-la comparável na região.

Para isso, estamos trabalhando na capacitação, estamos revisando algumas das perguntas sobre estrutura, variáveis socioeconômicas e acesso a financiamento. Ao mesmo tempo, há uma oportunidade de incorporar parâmetros de resiliência e consumo de energia nessas perguntas para melhorar os programas de melhoria de moradias e bairros.

⁴⁵ Chefe da Divisão de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Para o fortalecimento do cálculo, também é importante mencionar que há uma grande oportunidade de trabalhar em interconexão com outras plataformas. Por exemplo, ao colaborar com os ministérios do meio ambiente, as áreas de risco poderiam ser identificadas e ações corretivas poderiam ser tomadas para fortalecer a resiliência das cidades. Há também muitas perguntas que podem ser aprimoradas por meio dos questionários. Além disso, é possível trabalhar com as plataformas de fornecimento de moradias que outros países têm, como o México, e com as quais o BID está trabalhando no Brasil e no Equador. Essas plataformas permitem, ao mesmo tempo, obter um registro numerado de moradias formais e adquiridas, e contêm uma grande variedade de dados e informações que nos permitem classificar e caracterizar as moradias. Esses dados também podem ajudar a melhorar o projeto de subsídios, a reserva de terras e o georreferenciamento.

Por fim, vale a pena mencionar algumas das ferramentas de dados do BID. Foi criada uma “*Toolbox* de planejamento urbano”, que foi desenvolvida em *open code*. Trata-se de uma ferramenta digital que está disponível gratuitamente no site do BID e se baseia no uso de dados de satélites e drones. Essa ferramenta trabalha com aprendizado de máquina e crowdsourcing de dados disponíveis para todos. Várias ferramentas foram trabalhadas, mas quatro em particular são ressaltadas aqui:

- i) UrbanPy, um pacote de funções que permite medir a acessibilidade da população aos principais pontos de serviço: hospitais, centros de coleta e emergência e pontos de água, por meio de ciclos de água variáveis, entre outros.
- ii) MAIIA, o Mapeamento de Assentamentos Informais com Inteligência Artificial. É um algoritmo que permite a delimitação automatizada da localização de assentamentos informais e o monitoramento de seu crescimento, que muitas vezes é acompanhado pelo desmatamento em áreas semirurais.
- iii) O Breathe Clean é um aplicativo móvel que permite a otimização de rotas, especialmente para ciclistas que desejam se deslocar pela cidade e não querem ficar expostos demais aos efeitos nocivos da poluição.
- iv) Ursa é uma maneira de relatar dados urbanos com análise de satélite. Essa ferramenta, também de código aberto, foi modificada para permitir o monitoramento do efeito “ilha de calor” em áreas urbanas.

Todas essas ferramentas estão disponíveis para download no site do BID. Essas ferramentas podem gerar dados que permitirão que as autoridades presentes no MINURVI tomem decisões mais informadas e ajudem a definir determinados elementos de políticas, além de programas que possam ser úteis.

X. Palavras de encerramento

A. Palavras de Santiago Maggiotti⁴⁶

Os palestrantes da XXXII Assembleia Geral do MINURVI puderam contar, nas diferentes instâncias da agenda, como têm enfrentado diferentes situações por meio de seus programas. O primeiro dia da Assembleia foi enriquecedor, com intervenções de alto nível e a apresentação de diferentes ferramentas a serem replicadas em outros países. O lançamento do Diploma Latino-Americano de Moradia Justa e Sustentável é muito importante para aprimorar as equipes técnicas em cada país da região. Além disso, espera-se que essas mudanças institucionais no MINURVI representem o nascimento de uma organização que representará a América Latina e o Caribe nos próximos anos.

É fundamental trabalhar como um bloco e ter essa força institucional para poder levantar as necessidades da região e os programas específicos para atendê-las, especialmente mostrando os efeitos da crise climática nos países. Se a região atuar como um bloco e puder trabalhar em conjunto nos desastres causados pelas mudanças climáticas, isso nos permitirá solicitar às organizações multilaterais que adiem os pagamentos de juros a fim de alocar esses recursos para responder rapidamente à população. Também é importante abordar como reduzir a burocracia dos bancos e do setor público para que seja possível obter rapidamente esse financiamento que mudará a vida das pessoas que estão sofrendo, especialmente devido a questões relacionadas às mudanças climáticas.

Para encerrar, é importante ressaltar que a Assembleia Geral do MINURVI proporcionou muitas reflexões, mas também gerou muita responsabilidade aos seus participantes. Eles se comprometeram a levar adiante essa institucionalização que, definitivamente, permitirá que cada um dos países aprenda sobre as histórias de sucesso em outros países da região e saiba quais são os caminhos não seguir. Esse aprendizado nos permitirá dar respostas muito mais rápidas e cumprir com os compromissos assumidos no ano passado no Chile, quando o Ministério de

⁴⁶ Ministro do Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina, Presidente do MINURVI 2023.

Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina teve a responsabilidade e a honra de liderar o MINURVI para este ano: virar a página dos 31 anos anteriores do MINURVI. Esse período foi a semente que germinou para que hoje pudéssemos trabalhar na institucionalização e para que, amanhã, o MINURVI e seus 35 países possam ser um bloco que represente toda a região.

O Ministério foi recentemente convidado a ir a Nairóbi para obter fundos verdes e contar a experiência do MINURVI, explicando à Europa e a outros países como os países da região estavam unidos e preocupados com a situação. Portanto, a região está indo na direção certa, esperando que possamos continuar a trabalhar juntos de uma forma mais compacta para atender às necessidades da região no futuro. Acima de tudo, que se levante a questão dos bancos e aqueles que têm financiamento, para que o financiamento seja adaptado às necessidades da região e que não venha nos programas enlatados que estão sendo aplicados no resto do mundo. Assim, espera-se que esta Assembleia Geral seja o ponto de partida para a nova participação do MINURVI no mundo.

XI. Reflexões finais⁴⁷

A América Latina e o Caribe apresentam uma realidade complexa e desafiadora em termos de desenvolvimento urbano sustentável. Apesar dos compromissos assumidos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a região não está progredindo o suficiente para alcançar a dimensão urbana da Agenda 2030 e, sobretudo, não está conseguindo cumprir um quarto das metas. Esse cenário é agravado por fatores internos, como baixos níveis de investimento, baixa produtividade, alta informalidade do trabalho e porque a região continua sendo a mais desigual do mundo. Há também fatores externos que agravam a situação e afetam a região, como a COVID-19, os conflitos armados e, principalmente, a crise climática, que delineiam um cenário preocupante que requer atenção urgente.

Nesse contexto, o acesso à moradia, que deve ser visto principalmente como um direito e não como uma mercadoria, tem sido prejudicado. Embora os países tenham feito progressos, atualmente 21% da população urbana da América Latina e do Caribe vive em assentamentos informais, e os investimentos, em grande parte, não chegam às pessoas mais vulneráveis, situação agravada pela fragilidade do sistema bancário em muitos países. Nesse sentido, é necessário se perguntar se a moradia deve ser considerada como um serviço, bem como continuar a consolidar os esforços para calcular os déficits qualitativos e quantitativos e gerar políticas e estratégias inovadoras em conjunto com as comunidades para responder às suas necessidades e gerar uma maior disponibilidade de moradias sociais bem localizadas.

Por outro lado, a crise climática representa uma ameaça real para a população de todos os países da região, com um impacto especial nos países do Caribe. O aumento de eventos climáticos extremos, como secas e inundações, afetará a dinâmica da migração internacional e urbano-rural, pressionando os serviços de habitação. Nesse sentido, a adaptação às mudanças climáticas e a construção de comunidades resilientes são cruciais, especialmente em um contexto em que a região contribui muito pouco para as emissões globais e, ao mesmo tempo, sofre muito com seus impactos.

⁴⁷ Preparado pela CEPAL especificamente para este documento.

O fortalecimento institucional do MINURVI é visto como um esforço importante para enfrentar esses desafios. O papel do MINURVI está evoluindo para além de ser apenas uma reunião anual, tornando-se um espaço de coordenação regional ativo e colaborativo com alianças estratégicas. Assim, foi desenvolvida uma proposta para trabalhar como bloco e avançar em termos de financiamento, o que representa uma pedra angular para resolver esses problemas. Tanto a presidência quanto o Fórum se esforçaram para dialogar com os bancos de desenvolvimento a fim de gerar maior acesso a mecanismos de financiamento com ênfase especial na adaptabilidade às mudanças climáticas. Também houve um diálogo para superar a desarticulação entre as agências habitacionais e as instituições multilaterais de empréstimo. É fundamental que o financiamento não se concentre apenas em programas e políticas nacionais, mas também em governos e políticas locais, e que se fortaleça a articulação entre os diferentes níveis de governo.

Por outro lado, destaca-se a importância de basear as políticas em evidências e dados, pois eles são essenciais para medir, monitorar, tomar decisões informadas e avaliar o progresso em questões de clima, moradia e habitat. Assim, o MINURVI apresentou alianças e estratégias em conjunto com outras instituições para avançar nessa questão e fortalecer as capacidades. Por fim, também é evidente que as soluções e políticas urbanas devem ser integrais. Um exemplo claro disso é a mobilidade urbana e o transporte público, que são questões e setores cruciais de inclusão e estão intrinsecamente relacionados à moradia e ao habitat. O crescimento inevitável das cidades, o aumento dos preços dos terrenos, a migração e a crise climática criam desafios que exigem soluções integradas, que sejam discutidos a nível da cidade.

Bibliografia

- Acemoglu, Daron y Robinson, James A. (2012), *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Deusto. ISBN 978-84-234-1890-9.
- Assembleia Nacional da Nicarágua (1986), *Constitución Política De Nicaragua*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.asamblea.gob.ni/assets/constitucion.pdf>.
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento (n.d.). *Urban planning toolbox – UrbanPy, MAIA, Respire Limpio, Ursa*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.iadb.org/en/who-we-are/topics/urban-development-and-housing/urban-development-and-housing-initiatives/smart>.
- _____. (2023), Notícia: “*Día Mundial de las Ciudades 2023: el Foro de Ciudades Amazónicas y su rol en el desarrollo sostenible de la región*”. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://blogs.iadb.org/ciudades-sostenibles/es/dia-mundial-de-las-ciudades-foro-ciudades-amazonicasdesarrollo-sostenible/>.
- CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina e o Caribe (08/03/2022), Notícia: “*CAF obtém mais recursos e presença regional para se tornar o banco verde e para a reativação econômica da América Latina e Caribe*”. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de https://www.caf.com/pt/presente/noticias/2022/03/caf-obtem-mais-recursos-e-presen%C3%A7a-regional-para-se-tornar-o-banco-verde-e-para-a-reativa%C3%A7%C3%A3o-econ%C3%B4mica-da-america-latina-e-caribe/#caf_menu_closed.
- CEPAL (2023), *Financiamiento para la mitigación del cambio climático en las ciudades: intervenciones en la Reunión Ministerial 2023 del Foro de Ministros y Autoridades Máximas de la Vivienda y el Urbanismo de América Latina y el Caribe*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/2c92e244-9e75-4a03-9e54-fb91a75e71a8/content>.
- _____. (2023), Notícia: “*Foros Virtuales MINURVI 2023*”. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://plataformaurbana.cepal.org/es/actividad/foros-virtuales-minurvi-2023>.
- _____. (2023), *The economics of climate change in Latin America and the Caribbean, 2023: financing needs and policy tools for the transition to low-carbon and climate-resilient economies*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.cepal.org/es/node/60885>.

- _____ (2018), *Plan de acción regional para la implementación de la nueva agenda urbana en América Latina y el Caribe, 2016-2036*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42144-plan-accion-regional-la-implementacion-la-nueva-agenda-urbana-america-latina>.
- Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e Direitos da Mãe Terra (2012), Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <http://rio20.net/pt-br/propuestas/declaracao-universal-dos-direitos-da-mae-terra/>.
- Corte Interamericana de Derechos Humanos (2023), *Solicitud de Opinión Consultiva sobre Emergencia Climática y Derechos Humanos a la Corte Interamericana de Derechos Humanos de la República de Colombia y la República de Chile*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/soc_1_2023_es.pdf.
- GCF - Green Climate Fund (n.d.), Barbado's Blue Green Bank (BGB). Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.greenclimate.fund/project/fp213>.
- Governo da Costa Rica (1949), *Constitución Política de la República de Costa Rica*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de https://www.imprentanacional.go.cr/editorialdigital/libros/textos%20juridicos/constitucion_politica_digital_edincr.pdf.
- Governo de El Salvador (n.d.), *Fondo Social Para la Vivienda*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://portal.fsv.gob.sv/>.
- Governo de Santa Lúcia (n.d.), *Saint Lucia National Housing Corporation*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://nhc.lc/>.
- _____ (n.d.), *Programme for the Regularization of Unplanned Developments (PROUD)*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.govt.lc/jobs/programme-for-the-regularisation-of-unplanned-developments-proud->.
- Itaipu Binacional – Governo do Paraguai (04/05/2023), *Projeto "Ruta Verde"*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.itaipu.gov.py/es/sala-de-prensa/noticia/duenos-de-vehiculos-electricos-ya-pueden-utilizar-aplicacion-de-ruta-verde-de>.
- MEVIR - Uruguai (n.d.), *Movimiento de Erradicación de la Vivienda Insalubre Rural (Mevir)*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.mevir.org.uy/>.
- Ministério das Cidades – Governo Federal do Brasil (n.d.), *Programa "Minha Casa, Minha Vida"*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida>.
- _____ (n.d.), *Sobre o Minha Casa, Minha Vida Rural*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/minha-casa-minha-vida-rural/sobre-o-minha-casa-minha-vida-rural>.
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - República de Cuba (n.d.), *Tarea Vida: Plan de Estado*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <http://financiamientoclimatico.cubaenergia.cu/index.php/descargas/8-folleto-tarea-vida/file>.
- Ministério das Comunicações, Infraestrutura e Habitação - Governo da Guatemala (n.d.), *La Unidad para el Desarrollo de Vivienda Popular*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <http://udevipo.gob.gt/>.
- Ministério do Desenvolvimento Territorial e Habitat - Governo da Argentina (n.d.), *Programa Federal "Casa Propia"*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.argentina.gob.ar/habitat/casapropia>.
- _____ (n.d.), *Se realizó en Buenos Aires el Encuentro Nacional de Hábitat (Apresentação da Diplomatura Latinoamericana para la Vivienda Justa y Sustentable)*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.argentina.gob.ar/noticias/se-realizo-en-buenos-aires-el-encuentro-nacional-de-habitat-acuerdos-para-un-habitat-justo>.
- Ministério do Desenvolvimento Urbano e Habitação - República do Equador (n.d.), *Prémio Hábitat Ecuador*. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.premiohabitatecuador.com/>.

- Ministério do Poder Popular para o Habitat e a Moradia (MINHVI) - Governo Bolivariano da Venezuela (n.d.), Gran Misión Vivienda Venezuela (GMVV). Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.minhvi.gob.ve/>.
- Ministério do Poder Popular para o Transporte - Governo Bolivariano da Venezuela (n.d.), Metodología Gran Misión Barrio Nuevo Tricolor. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.mppt.gob.ve/2013/metodologia-gran-mision-barrio-nuevo-tricolor/>.
- Ministerio de Vivienda y Ordenamiento Territorial -Governo do Uruguai (n.d), Juntos: Plan de Integración Socio-Habitacional. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.gub.uy/ministerio-vivienda-ordenamiento-territorial/politicas-y-gestion/planes/juntos-plan-integracion-socio-habitacional>.
- MINURVI (2022), Declaración de Santiago. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://plataformaurbana.cepal.org/es/noticia/la-asamblea-general-de-minurvi-emite-la-declaracion-de-santiago>.
- MIT Department of Urban Studies and Planning (n.d.), Special Program for Urban and Regional Studies (SPURS). Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de, <https://dusp.mit.edu/projects/special-program-urban-and-regional-studies>.
- Nações Unidas (2023), Press Release do 26 de Abril: “With clock ticking for the SDGs, UN Chief and Barbados Prime Minister call for urgent action to transform broken global financial system”. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2023/04/press-release-with-clock-ticking-for-the-sdgs-un-chief-and-barbados-prime-minister-call-for-urgent-action-to-transform-broken-global-financial-system/>.
- Nações Unidas (n.d.), HLPF: High-Level Political Forum on Sustainable Development 2023. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://hlpf.un.org/2023>.
- OAS - Organización de los Estados Americanos (2002), Agreement Establishing The Caricom Regional Organisation For Standards And Quality (CROSQ). Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de, <http://www.sice.oas.org/trade/ccme/crosq.asp>.
- _____(1948), Carta de la Organización de los Estados Americanos. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de https://www.oas.org/xxxivga/spanish/basic_docs/carta_oea.pdf.
- ONU-Habitat (2018), Strategic Plan 2020-2025. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/01/5.2023_member_states_pp_strategic_plan_red.pdf.
- _____(2017), La Nueva Agenda Urbana. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>.
- Parlamento de Barbados (2023), Barbados Debt (Natural Disaster and Pandemic Deferment of Payment) (Miscellaneous Provisions) Bill. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.barbadosparliament.com/bills/details/735>.
- Secretaria Geral de Comunicação da Presidência - Governo do Equador (28/09/2023), Ecuador Oficializa Su Política Urbana Nacional En El Foro Regional De Financiamiento Urbano Y Vivienda. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.comunicacion.gob.ec/ecuador-oficializa-su-politica-urbana-nacional-en-el-foro-regional-de-financiamiento-urbano-y-vivienda/>.
- Secretaria Técnica de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social (Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social - STP) - Presidência da República do Paraguai (2021), Plan Nacional de Desarrollo Paraguay 2030. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://observatorioplanificacion.cepal.org/sites/default/files/plan/files/PND%20avances%20y%20actualizacion%202021.pdf>.
- Vice-Ministério da Habitação - Governo da Colômbia (n.d.), Programa “Mi Casa Ya”. Recuperado em 14 de janeiro de 2023, de <https://www.minvivienda.gov.co/viceministerio-de-vivienda/mi-casa-ya>.

Anexo

Anexo 1

Ata da XXXII Assembleia do MINURVI - Declaração de Buenos Aires

Durante o segundo dia da XXXII Assembleia Geral do MINURVI, os Ministros e as Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe assinaram uma declaração conjunta que destaca os principais compromissos assumidos.

Caixa A1

XXXII Assembleia Geral de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe – MINURVI

Buenos Aires, República Argentina
9 e 10 de novembro de 2023

Declaração de Buenos Aires

Instrumentos, políticas e instituições para o desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável

Os Ministros e as Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe, participantes desta trigésima segunda Assembleia Geral, declaram o seguinte:

Considerando que:

- i) O Fórum de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe (MINURVI), criado em 1992, é a principal organização encarregada de promover a colaboração política, a coordenação e a cooperação regional em assuntos relacionados com o desenvolvimento sustentável das cidades e áreas urbanas na América Latina e no Caribe.
- ii) Os membros do MINURVI reiteram seu compromisso constante com os direitos humanos e o sistema internacional, a fim de cumprir a Agenda 2030 das Nações Unidas, seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana. De acordo com a Sexta Reunião do Fórum de Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, a natureza transversal do ODS 11 "Cidades e Comunidades Sustentáveis" é destacada no contexto de alta urbanização na região e a centralidade de sua realização na ação política regional.
- iii) O financiamento de programas, medidas e iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nas cidades é um desafio fundamental para a região, especialmente em cumprimento aos compromissos assumidos pelos países ao assinarem o Acordo de Paris e devido à contribuição das cidades para as emissões de gases de efeito estufa. A vulnerabilidade dos espaços urbanos, devido aos diversos riscos naturais e antropogênicos, juntamente com as restrições sistêmicas de financiamento dos países, exige mecanismos e políticas inovadoras para enfrentar esses desafios.
- iv) Em seu décimo aniversário, o Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento na América Latina e no Caribe mantém seu papel de guia para as políticas públicas urbanas na região. Especificamente, reafirma o objetivo de alcançar a plena integração da população e de sua dinâmica no desenvolvimento sustentável com igualdade e respeito aos direitos humanos, especialmente nas cidades e nos assentamentos humanos.
- v) A região está passando por um cenário macroeconômico complexo e instável, com baixos níveis de crescimento, alto endividamento público e altas taxas de inflação, cujas consequências afetam negativamente principalmente as pessoas e as famílias mais vulneráveis. Além disso, alguns países da região podem experimentar uma expansão dos assentamentos informais à medida que os custos de construção aumentam e o financiamento de hipotecas e os orçamentos de investimento para habitação e serviços comunitários diminuem, o que pode limitar o acesso à moradia.
- vi) A desigualdade econômica e espacial, bem como a desigualdade de gênero e étnica, continua sendo um desafio significativo para as cidades da região: o aumento das favelas segregadas e dos assentamentos informais representa um obstáculo ao desenvolvimento abrangente e inclusivo na região, pois impede que seus habitantes tenham as mesmas oportunidades de emprego, saúde, educação e outras oportunidades que os demais cidadãos.

Reconhecendo:

- i) A importância do intercâmbio intergovernamental de experiências, lições aprendidas e boas práticas nas áreas de moradia, planejamento urbano, transporte, financiamento fundiário e urbano, inclusão, justiça, direito à cidade, entre outras, a fim de alcançar efetivamente os objetivos acordados pela Agenda 2030, a Nova Agenda Urbana das Nações Unidas e o Acordo de Paris da Convenção sobre Mudança do Clima.
- ii) A contínua contribuição, colaboração e apoio na organização da Trigesima Segunda Assembleia Geral, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da ONU-Habitat como Secretaria Técnica da MINURVI.
- iii) O trabalho do Comitê Executivo da MINURVI, integrado por representantes de sete países da região e liderado pelo Ministro de Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina, na organização dos trabalhos desta 32ª Assembleia Geral.
- iv) A contribuição significativa do Fórum de Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável para a avaliação do progresso da dimensão urbana da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
- v) Os representantes dos governos nacionais e outras instituições que participaram da Assembleia Geral da MINURVI com suas apresentações, comentários e intercâmbios sobre os seguintes temas:
 - Localizando e alcançando os ODS nas cidades da região
 - Financiamento de moradias adequadas
 - Fortalecimento institucional
 - Cidades inclusivas e bioclimáticas
 - Mobilidade urbana sustentável
 - Coleta de dados urbanos

Nos comprometemos a:**Mudança climática e meio ambiente:**

- i) Iniciar um processo de formulação e desenho de um mecanismo regional para a mobilização de recursos para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas nas cidades da América Latina e do Caribe. Os objetivos, a estrutura e o mandato desse mecanismo a serem considerados podem incluir questões de acesso a recursos para apoiar e avançar iniciativas e programas que os Estados do MINURVI possam implementar, de acordo com suas circunstâncias nacionais e em conformidade com os princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em termos de redução das lacunas no acesso à moradia e ao habitat de qualidade e inclusivo, que têm um impacto considerável na redução das emissões de gases de efeito estufa nas cidades e na adaptação das áreas urbanas para lidar com as mudanças climáticas.
- ii) Promover a inclusão de questões urbanas nas ações prioritárias a serem realizadas no contexto da iniciativa de Bridgetown.
- iii) Incluir ações e medidas de planejamento urbano que incorporem estratégias abrangentes de adaptação, prevenção e redução de riscos nas cidades por meio do planejamento do uso do solo, marcos regulatórios, tecnologias de construção e infraestrutura nos membros do MINURVI, de acordo com suas circunstâncias nacionais, especialmente no caso de segmentos da população da região que já são vulneráveis devido, entre outros fatores, à geografia, situação socioeconômica, meios de subsistência, gênero, idade, condição de indígena ou minoria, ou deficiência, bem como aos ecossistemas dos quais dependem.
- iv) Promover estratégias de desenvolvimento de baixo impacto nas cidades, especialmente relacionadas à habitação, infraestrutura e serviços urbanos, que reduzam a contribuição das cidades para as mudanças climáticas, a degradação dos recursos naturais e a perda de biodiversidade.
- v) Promover estratégias de desenvolvimento de baixo impacto nas cidades, especialmente relacionadas à habitação, infraestrutura e serviços urbanos, que reduzam a contribuição das cidades para as mudanças climáticas, a degradação dos recursos naturais e a perda de biodiversidade.
- vi) Desenvolver políticas para reconhecer e aprimorar os conceitos de cidades resilientes e com baixa emissão de gases de efeito estufa, com base em uma apreciação mais ampla das cidades como sistemas integrados ao seu ambiente natural. Isso implica a adoção de medidas que não apenas considerem a infraestrutura e o habitat humano, mas também reconheçam a interação crítica entre as cidades e o ambiente ecológico ao seu redor.
- vii) Incentivar os Estados Membros e os membros das agências especializadas das Nações Unidas a promover a adaptação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aos contextos locais para acelerar a ação em direção à Agenda 2030, inclusive promovendo a implementação local de forma integrada, monitorando e relatando o

progresso, inclusive por meio do aprimoramento das estruturas nacionais para a implementação coerente e multissetorial de seus objetivos e metas e do aumento da inclusão e participação das comunidades locais, em particular aquelas que vivem em situações vulneráveis, nos processos de implementação, planejamento e redação de informes.

Inclusão

- viii) Reafirmar a importância do direito à cidade como um princípio orientador, que garante o exercício universal e efetivo de todos os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, e a conquista de cidades i) livres de discriminação; ii) com igualdade de gênero; iii) que integrem as minorias e a diversidade racial, sexual e cultural iv) com cidadania inclusiva; v) com maior participação política; vi) que cumpram suas funções sociais, garantindo o acesso equitativo e acessível à moradia, aos serviços e às oportunidades urbanas para todas as pessoas; com economias diversificadas e inclusivas; e vii) com vínculos urbano-rurais inclusivos que garantam a segurança alimentar.
- ix) Integrar o gênero e a economia do cuidado nas políticas urbanas, considerando as diferenças específicas e os desafios enfrentados pelas pessoas com base em seu gênero em ambientes urbanos, para promover o acesso inclusivo a recursos, serviços e oportunidades.

Moradia

- x) Abordar o déficit qualitativo e quantitativo simultaneamente e com uma abordagem de economia circular, com base em: minimização do consumo de terras não urbanizadas e preservação do valor ecológico do meio ambiente; uso mais eficiente de edifícios e terras urbanizadas com foco na revitalização e renovação das cidades por meio dos atores que operam no território; uso mais eficiente de recursos materiais na construção, água e energia por meio de projetos bioclimáticos, tecnologias mais eficientes e a circularidade dos recursos durante toda a vida útil da moradia.
- xi) Assegurar o direito à moradia adequada para todas as pessoas, garantindo moradia digna, bem localizada e prioritária, com acesso a serviços e oportunidades, e reconhecendo as diversas funções da moradia, em particular os novos estilos de vida e formas de trabalho que surgiram com a pandemia da Covid-19.
- xii) Fortalecer políticas e programas urbanos abrangentes que impeçam o crescimento excessivo do preço da terra e diminuam a expansão dos assentamentos informais.

Solo e infraestrutura

- xiii) Desenvolver políticas e instrumentos para capturar o valor da terra urbana, a fim de gerar uma distribuição justa de ônus e benefícios, garantir o bem comum em detrimento do bem privado e promover novas formas de financiamento da infraestrutura nas cidades.
- xiv) Aumentar os níveis de investimento público e fortalecer os mecanismos para incorporar mais financiamento privado na geração de infraestrutura sustentável nas cidades da região.

Mobilidade urbana

- xv) Contribuir para o desenvolvimento da mobilidade urbana sustentável, inteligente e inclusiva nas cidades da região, no objetivo de favorecer a mobilidade elétrica e a acessibilidade aos sistemas de transporte público para todos os habitantes, com atenção especial às áreas mal atendidas pelos serviços urbanos.
- xvi) Fortalecer a abrangência do planejamento urbano e da mobilidade por meio de políticas e estratégias de Desenvolvimento Orientado ao Transporte para gerar maior acesso a serviços, oportunidades oferecidas pela cidade e menores custos de deslocamento para todos os habitantes.

Governança e participação cidadã

- xvii) Avançar em modelos de governança que fortaleçam e melhorem a articulação vertical entre os diferentes níveis de governo, horizontal ou intersetorial, e entre a dimensão urbana e rural para desenvolver políticas urbanas integradas, marcos legais e instrumentos em todos os níveis que favoreçam o planejamento territorial integrado e descentralizado.
- xviii) Ampliar e garantir a participação dos cidadãos em todas as etapas de planejamento e implementação de projetos de desenvolvimento urbano, dando atenção especial à eliminação de barreiras econômicas e ao acesso a informações relevantes, a fim de garantir a inclusão dos setores mais vulneráveis da população.

Institucionalização e produção de dados

- xix) Fortalecer o intercâmbio entre os países da região sobre experiências urbanas e boas práticas urbanas, bem como sua disseminação, colaboração e cooperação em programas integrados de desenvolvimento urbano sustentável, com o objetivo de aprender uns com os outros e implementar soluções eficazes para os desafios urbanos compartilhados. Esse processo deve ser inclusivo e equitativo, promovendo o acesso a soluções eficazes de desenvolvimento urbano em toda a região e garantindo que nenhum país seja deixado para trás ou excluído. Para isso, é essencial continuar fortalecendo e desenvolvendo a Plataforma Urbana e de Cidades.
- xx) Contribuir para a incorporação e atualização de informações na Plataforma Urbana e de Cidades da América Latina e do Caribe e promovê-la como uma ferramenta de análise para a tomada de decisões e o monitoramento de políticas, estratégias e boas práticas urbanas.
- xxi) Participar de eventos e plataformas regionais e globais para divulgar o trabalho do MINURVI e integrá-lo como uma voz regional em questões de habitação, habitat e desenvolvimento urbano sustentável.
- xxii) Fortalecer o papel do MINURVI, dotando o Fórum de instrumentos institucionais que lhe permitam potencializar: i) o acompanhamento dos acordos alcançados pela Assembleia Geral e o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelos países membros, ii) a promoção do debate regional sobre moradia e desenvolvimento urbano sustentável, iii) a formação de equipes técnicas e o apoio aos países membros no desenho, implementação e avaliação de suas políticas e programas, iv) a apresentação em foros e agendas globais das preocupações e propostas dos países da América Latina e do Caribe, e v) a busca sustentada de mecanismos de financiamento para programas e políticas voltados para o desenvolvimento urbano sustentável.
- xxiii) Solicitar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao CAF —Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe— e ao Banco Mundial que forneçam apoio financeiro para a implementação de programas de cooperação técnica que apoiem as propostas do Fórum para o fortalecimento institucional.
- xxiv) Solicitar conjuntamente ao Secretário-Geral das Nações Unidas que a futura Direção Executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONU-HABITAT, seja confiada a uma pessoa da América Latina e do Caribe, como uma clara demonstração da relevância da Região e de sua contribuição ao multilateralismo.
- xxv) Trabalhar com os Institutos de Estatística de seus países para fortalecer as perguntas ou implementar metodologias por meio dos Censos Nacionais de População e Habitação e das Pesquisas Nacionais de Domicílios que permitam a padronização da medição do déficit habitacional, incluindo elementos de sustentabilidade e resiliência às mudanças climáticas.
- xxvi) Aprovar a atualização do regimento interno do MINURVI.
- xxvii) De acordo com a eleição realizada, o Comitê Executivo que acompanhará o período anterior à realização da próxima Assembleia Geral será composto da seguinte forma:
- Presidência: **BRASIL**
 - Vice-presidência: **BARBADOS**
 - Representação da Região do Caribe: **SÃO VICENTE E GRANADINAS e SÃO CRISTÓVÃO E NEVES**
 - Representação da Região da América do Sul: **URUGUAI e CHILE**
 - Representação da América Central e México Região: **EL SALVADOR e COSTA RICA**
 - Secretaria Técnica: **CEPAL e ONU-HABITAT**
 - Secretário-Geral: **SANTIAGO MAGGIOTTI, DA ARGENTINA**

Assinado pelos Ministros e/ou Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe, ou seus delegados, que participaram pessoalmente da XXXII Assembleia Geral da MINURVI em Buenos Aires no dia 10 de novembro de 2023.

Fuente: Elaboração própria com base na Declaração de Buenos Aires, aprovada na XXXII Assembleia Geral da MINURVI.



NAÇÕES UNIDAS

Série

C E P A L

Seminários e Conferências

Números publicados

A lista completa e os arquivos pdf estão disponíveis em
www.eclac.org/publicaciones

107. Fortalecimiento institucional e financiamento sustentável para as cidades da América Latina e do Caribe: discursos da XXXII Assembleia Geral do Fórum de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe (MINURVI) (LTC/TS.2024/16), 2024.
106. Memoria del Tercer Seminario Regional de Desarrollo Social. Promover la inclusión laboral como una forma de superar las desigualdades y la informalidad en América Latina y el Caribe, Andrés Espejo y Valentina Cortínez (comps.) (LC/TS.2023/180), 2023.
105. Financing for climate change mitigation in cities. Statements made at the 2023 Ministerial Meeting of the Forum of Minister and High-Level Authorities of Housing and Urbanism in Latin America and the Caribbean (MINURVI) (LTC/TS.2023/134), 2023.
104. Transformación del hábitat y las ciudades: hacia un desarrollo urbano sostenible en América Latina y el Caribe. Intervenciones en la XXXI Asamblea General del Foro de Ministros y Autoridades Máximas de la Vivienda y el Urbanismo de América Latina y el Caribe (MINURVI) (LC/TS.2023/133), 2023.
103. Décimo Seminario de la Red de Sistemas Nacionales de Inversión Pública de América Latina y el Caribe, Valeria Torres y Dante Arenas (eds.) (LC/TS.2023/110), 2023.
102. Informe del Primer Foro Anual sobre Defensoras y Defensores de los Derechos Humanos en Asuntos Ambientales de América Latina y el Caribe (LC/TS.2023/38), 2023.
101. Memoria del Segundo Seminario Regional de Desarrollo Social Seguridad social (pensiones y salud) y la crisis prolongada: una oportunidad para combatir la desigualdad en el marco de un Estado de bienestar en América Latina y el Caribe, Antonia Dahuabe (comp.) (LC/TS.2023/32), 2023.
100. La vivienda y el hábitat como pilares de la recuperación económica: intervenciones en la 30ª Asamblea General de MINURVI, Estefanía Forero y Andrea Castellón (LC/TS.2022/201), 2022.
99. Aprendizajes para avanzar hacia sistemas de salud universales, integrales, sostenibles y resilientes: memoria de los seminarios realizados en junio y agosto de 2022, Antonia Dahuabe O. y María Luisa Marinho M. (comps.) (LC/TS.2022/186), 2022.
98. La inclusión de pueblos indígenas y afrodescendientes en los sistemas de información de salud en el marco de la pandemia de COVID-19, Marta Rangel (LC/TS.2022/142), 2022.

SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS

Números publicados:

- 107 Fortalecimento institucional e financiamento sustentável para as cidades da América Latina e do Caribe
Discursos da XXXII Assembleia Geral do Fórum de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Urbanismo da América Latina e do Caribe (MINURVI)
- 106 Memoria del Tercer Seminario Regional de Desarrollo Social
Promover la inclusión laboral como una forma de superar las desigualdades y la informalidad en América Latina y el Caribe
Andrés Espejo y Valentina Cortínez
Compiladores
- 105 Financing for climate change mitigation in cities
Statements made at the 2023 Ministerial Meeting of the Forum of Ministers and High-level Authorities of Housing and Urbanism in Latin America and the Caribbean

